



UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS, EMPRESARIAIS E TECNOLÓGICAS

MESTRADO EM GESTÃO DE EMPRESAS

ESPECIALIDADE EM AUDITORIA CONTABILÍSTICA ECONÓMICA E FINANCEIRA

**A IMPORTÂNCIA DA INTERNACIONALIZAÇÃO
DAS NORMAS CONTABILÍSTICAS:
QUAL O IMPACTO, EM TERMOS DE TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CONTABILÍSTICA, PROVOCADA PELA ADOÇÃO DAS NORMAS IFRS EM
ANGOLA?**

Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Gestão de Empresas,
especialidade em Auditoria Contabilística, Económica e Financeira.

Autor: Barroso António

Orientadora: Professora Doutora Ana Quaresma

Lisboa, Maio de 2014

AGRADECIMENTOS

O meu eterno agradecimento ao coletivo dos Professores que fizeram possíveis a minha formação neste Mestrado.

Em primeiro lugar, quero agradecer à orientadora deste trabalho, Professora Doutora Ana Quaresma, pela dedicação, empenho e disponibilidade com que acompanhou a realização desta dissertação, bem como pelas críticas e sugestões.

A realização desta dissertação teve a colaboração de várias pessoas às quais quero expressar os meus sinceros agradecimentos.

À minha esposa e aos meus filhos, apesar da distância sempre me brindaram o seu carinho.

Finalmente, e de modo especial, quero agradecer aos meus familiares e amigos pela oportunidade que me proporcionaram e pelo apoio e paciência que sempre me transmitiram ao longo da realização deste trabalho.

RESUMO

O tema da presente investigação é a importância da internacionalização das normas contabilísticas e o impacto na transparência da informação contabilística provocada pela adoção das normas IFRS (*International Financial Reporting Standards*) em Angola. A questão de partida é saber se existe alguma alteração, ao nível da transparência da informação, entre as demonstrações financeiras elaboradas segundo as normas IFRS e as demonstrações financeiras elaboradas segundo o PGCA (Plano Geral de Contabilidade de Angola). A importância do estudo é contribuir para uma melhor monitorização dos recursos, dos equipamentos e dos meios utilizados, para aumentar a transparência da contabilidade angolana de acordo com as normas internacionais de contabilidade.

O trabalho conclui sobre o impacto positivo da aplicação das normas IFRS ao nível da transparência da informação contabilística em Angola.

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e a aplicação de um questionário para recolha de informação sobre o impacto da aplicação das normas IFRS em Angola.

Palavras-chave: PGCA; IASB; IFRS; Transparência; Contabilidade; Harmonização Contabilística, Normalização Contabilística.

ABSTRACT

The theme of this research is the importance of the internationalization of accounting standards and the impact on the transparency of accounting information caused by the adoption of the IFRS (International Financial Reports Standards) in Angola.

The main question of this research is if there is any change, at the level of transparency of information, between the financial statements prepared according to IFRS and the financial statements prepared in accordance with the PGCA (General Accounting Plan of Angola). The importance of this study is to contribute to a better monitoring of the resources, equipment and means used in order to increase the transparency of the Angolan accounting according to international accounting standards.

The work concludes with the positive impact of the application of IFRS standards in terms of the transparency of accounting information.

The methodology used was bibliographical research and the application of a questionnaire to gather information on the impact of the application of the IFRS in Angola.

Keywords: PGCA; IASB; IFRS; Transparency; Accounting; Accounting Harmonization; Accounting Standards.

INDÍCE

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I: ENQUADRAMENTO TEÓRICO	12
1.1 Harmonização e Normalização contabilísticas Internacional	12
1.1.1 A globalização económica internacional.....	12
1.1.2.A necessidade de harmonização contabilística.....	13
1.1.3 Definição de harmonização e normalização contabilística	14
1.1.4 Vantagens e obstáculos da harmonização contabilística.....	14
1.2 As Normas Internacionais de Contabilidade.....	16
1.2.1 O desenvolvimento histórico do IASB.....	16
1.2.2 O impacto da adoção das IFRS	17
1.2.3 Principais benefícios da adoção das IFRS.....	18
1.2.4 Impacto das IFRS nas demonstrações financeiras.....	19
1.3 A transparência da informação contabilística e a adoção das normas IFRS.....	21
CAPÍTULO II – A REPÚBLICA ANGOLANA E A CONTABILIDADE.....	23
2.1 Breve Enquadramento socioeconomico de Angola	23
2.2 Normalização contabilística em Angola.....	Error! Bookmark not defined.
2.3 O PGCA (Plano Geral de Contabilidade de Angola)	27
CAPÍTULO III: METODOLOGIA E APRESENTAÇÃO DO RESULTADOS	29
3.1 Metodologia	29
3.2 - Descrição e análise dos resultados	32
3.2.1-Análise dos resultados	33
CAPÍTULO IV: CONCLUSÕES E SUGESTÕES PARA FUTURAS PESQUISAS	59
4.1 Conclusões	59
4.2 Limitações e Sugestões para Futuras Pesquisas	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	63
ANEXO II.....	77
ANEXO III	81

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Sexo	33
Quadro 2: Idades	33
Quadro 3: Exercício de funções	34
Quadro 4: Número de anos de exercício de funções	34
Quadro 5: Concordância/discordância com a adopção das IFRS	35
Quadro 6: Preparação para aplicação das IFRS	35
Quadro 7: Impacto na transparência da informação contabilística provocada pela adução das IFRS	35
Quadro 8: Cotação em bolsa e obrigação de aplicar as IFRS emitidas pelo IASB	36
Quadro 9: Utilização voluntária pelas empresas do normativo internacional IFRS/IASB	36
Quadro 10: Empresas que recorrem ao normativo internacional IFRS/IASB nas situações em que o normativo (PGCA) é omissa	37
Quadro 11: Empresas angolanas a prepararem-se para adotarem as IFRS	37
Quadro 12: Nível de preparação das empresas angolanas para adotar as IFRS	38
Quadro 13: Utilização pelas empresas angolanas da leitura de informação para se atualizarem em relação aos PGCA	38
Quadro 14: Aquisição pelas empresas angolanas de software contabilístico para se actualizarem em relação ao PGCA	39
Quadro 15: Utilização pelas empresas angolanas de contratação de consultora para se atualizarem em relação ao PGCA	39
Quadro 16: Utilização pelas empresas angolanas de formação de pessoal para se atualizarem em relação ao PGCA	40
Quadro 17: Utilização pelas empresas angolanas de outros meios para se atualizarem em relação ao PGCA	40
Quadro 18: Impacto pela adoção das normas IFRS no processo contabilístico	41
Quadro 19: Impacto da adoção das normas IFRS no sistema informático	41
Quadro 20: Impacto da adoção das normas IFRS na formação de pessoal	41
Quadro 21: Impacto da adoção das normas IFRS nos custos envolvidos	42
Quadro 22: Impacto da adoção das normas IFRS nas reações dos analistas/investidores	42

Quadro 23: Impacto da adoção das normas IFRS em outras áreas	43
Quadro 24: Impacto da adoção das IFRS na fase de reconhecimento do processo contabilístico	43
Quadro 25: Impacto da adoção das IFRS na fase de mensuração do processo contabilístico	44
Quadro 26: Impacto da adoção das IFRS na fase de divulgação do processo contabilístico	44
Quadro 27: Adoção das IFRS e alterações no valor dos resultados e dos ativos da empresa - resultados.....	45
Quadro 28: Adoção das IFRS e alterações no valor dos resultados e dos ativos das empresas - ativos	45
Quadro 29: Impacto na transparência da informação contabilística provocada pela adoção das normas IFRS nos ativos tangíveis das demonstrações financeiras	46
Quadro 30: Impacto na transparência da informação contabilística provocada pela adoção das normas IFRS nos ativos intangíveis das demonstrações financeiras	46
Quadro 31: Impacto em termos de transparência da informação contabilística provocado pela adoção das normas IFRS nos ativos não correntes detidos para venda das demonstrações financeiras	47
Quadro 32: Impacto em termos de transparência da informação contabilística provocado pela adoção das normas IFRS nas propriedades de investimento das demonstrações financeiras	47
Quadro 33: Impacto em termos de transparência da informação contabilística provocado pela adoção das normas IFRS nos inventários das demonstrações financeiras	48
Quadro 34: Impacto em termos de transparência da informação contabilística provocado pela adoção das normas IFRS nos impostos diferidos das demonstrações financeiras	48
Quadro 35: Impacto em termos de transparência da informação contabilística provocado pela adoção das normas IFRS nos subsídios das demonstrações financeiras	49
Quadro 36: Impacto em termos de transparência da informação contabilística provocado pela adoção das normas IFRS nos benefícios aos empregados das demonstrações financeiras.....	50
Quadro 37: Impacto em termos de transparência da informação contabilística provocado pela adoção das normas IFRS no capital próprio das demonstrações financeiras	50
Quadro 38: Impacto em termos de transparência da informação contabilística provocado pela adoção das normas IFRS nas provisões das demonstrações financeiras.....	51
Quadro 39: Impacto em termos de transparência da informação contabilística provocado pela adoção das normas IFRS nas notas das demonstrações financeiras.....	51

Quadro 40: Impacto em termos de transparência da informação contabilística provocado pela adoção das normas IFRS na rubrica Outras das demonstrações financeiras.....	52
Quadro 41: Dificuldades das empresas em aplicar o justo valor nas diversas situações previstas nas IFRS	52
Quadro 42: Impacto na utilização do justo valor na volatilidade dos ativos das demonstrações financeiras	53
Quadro 43: Impacto na utilização do justo valor na volatilidade dos passivos das demonstrações financeiras	53
Quadro 44: Impacto na utilização do justo valor na volatilidade dos capitais próprios das demonstrações financeiras.....	54
Quadro 45: Impacto na utilização do justo valor na volatilidade dos resultados das demonstrações financeiras	54
Quadro 46: Informação sobre a adoção das normas IFRS/IASB dos utilizadores da informação (acionistas, gestores, investidores e público em geral).	55
Quadro 47: Utilizadores da informação e conhecimento sobre o impacto no valor de capital próprio da empresa e adopção das IFRS/IASB	55
Quadro 48: Utilizadores de informação contabilística e conhecimento sobre o impacto da adoção das IFRS/IASB na qualidade das demonstrações financeiras	56

LISTA DE SIGLAS

BNA- Banco Nacional de Angola.

BP- Balança de Pagamentos

IAS - *International Accounting Standards*

IASB - *International Accounting Standards Board*

IDE - Investimento Directo Estrangeiro.

IDH- Índice de Desenvolvimento Humano.

IFRS - *International Financial Reporting Standards.*

OGE- Orçamento Geral do Estado

INE- Instituto Nacional de Estatística.

IOSCO - *International Organization of Securities Commissions.*

PERT- Projeto Executivo para a Reforma Tributaria.

PGC - Plano Geral de Contabilidade.

PGCA - Plano Geral de Contabilidade de Angola.

PIP- Produto Interno Bruto.

PNUD- Programa das Nações Unidas.

SADC- Comunidade de Desenvolvimento dos Países da Africa Austral.

UE - União Europeia.

INTRODUÇÃO

A presente investigação tem como objetivo relevar o impacto verificado ao nível da transparência de informação provocado pela adoção das normas IFRS. O objetivo específico inerente a este estudo passa pela verificação do impacto atrás mencionado no caso das empresas angolanas. Do atrás exposto é possível, desta forma enunciar a questão patente nesta investigação: *existirá algum impacto, ao nível da transparência da informação contabilística, percebido pelo profissional de contabilidade, ao analisar as demonstrações financeiras elaboradas segundo as normas IFRS quando comparado com a experiência da análise das demonstrações financeiras elaborados segundo o PGCA?*

De acordo com o tema e com os objetivos propostos recorreu-se à pesquisa bibliográfica e à aplicação de um questionário para recolha de informação junto de profissionais de empresas angolanas com formação académica superior e com prática na área da contabilidade

A pertinência da presente investigação prende-se com o facto de Angola ser um país em que está em curso um processo de desenvolvimento económico e, por isso, necessita de adaptar-se aos novos padrões internacionais de gestão e convergir as suas normas contabilísticas com as normas internacionais. Com o desenvolvimento económico do país e com a crescente internacionalização dos mercados de bens e serviços, o país necessita acompanhar a evolução contabilística verificada a nível internacional sob pena de perda de oportunidade e de competitividade.

O mundo hodierno caracteriza-se pela crescente globalização da economia e da própria sociedade. No contexto da economia global os mercados e os sistemas integrados de produção adquiriram dimensões globais e os Estados dão bastante destaque às lideranças das empresas multinacionais em competição, para as quais as novas tecnologias da informação e da comunicação e o desenvolvimento dos transportes criaram novas dinâmicas no funcionamento e na interação das organizações.

Ao processo de globalização não é alheia a evolução da estrutura financeira dos países. O aumento da competitividade obriga a constantes mudanças nas estratégias políticas que visam o

desenvolvimento adaptado às necessidades futuras e que assegurem o desenvolvimento económico da sociedade. Neste processo de desenvolvimento económico é importante o papel desempenhado pela contabilidade ao longo da história. Nos dias de hoje o aumento do volume das operações e dos negócios ao nível mundial, assim como o crescente interesse nas atividades contabilísticas, tem provocado o aumento da procura de informação ao nível internacional. Perante o aumento da competitividade ao nível global os vários países adotam novas políticas contabilísticas para se tornarem o centro das atenções dos investimentos das grandes multinacionais.

Existe um grande interesse no desenvolvimento de normas contabilísticas, na sua aplicação e na forma como é exercida, porém, por vezes, verifica-se a manipulação de dados, apresentando informação incompleta ou, simplesmente, descurando a verdade. Devido à existência destas situações, surge a necessidade de ser adotado um conjunto de normas contabilísticas aceites internacionalmente, que atenuem as diferentes práticas contabilísticas entre os países e as empresas. Para isso surgiram vários organismos internacionais criados com esse objetivo, entre os quais se destaca o IASB - *International Accounting Standards Board*.

Em termos doutrinários, académicos e institucionais, o processo de globalização dos mercados criou uma situação que tornou necessária a existência de consenso em torno de um documento contabilístico harmonizado conforme as leis internacionais de reporte financeiro, o IFRS - *International Financial Reporting Standards*.

A influência da aplicação das normas do IASB nos mercados tem sido abordada em diversos estudos académicos, porém são poucos os trabalhos que têm examinado a realidade angolana e o impacto das IFRS nas empresas desse país africano.

Com as alterações e acontecimentos que estão a ocorrer aos níveis nacional e internacional, as empresas e organizações angolanas estão a passar por vários processos de mudança. Este facto exige a implementação de normas contabilísticas que permitam conseguir um aumento sustentado de eficiência e eficácia económica na busca da competitividade dos seus produtos e serviços. Em muitos países existem órgãos, entidades ou associações responsáveis pelo estabelecimento de normas contabilísticas, o que não é o caso angolano. Dado a não designação de uma entidade competente, compete ao Ministério das Finanças reformarem os elementos do PGCA (Plano Geral

de Contabilidade de Angola) através de um decreto executivo, o qual deverá sugerir a alteração de diversos elementos, como a nomenclatura do código e do conteúdo das contas bem como, a introdução de novas contas e/ou eliminação das existentes.

De acordo com o tema e com os objetivos propostos na realização deste estudo, no capítulo I apresenta-se a revisão da literatura que dá a conhecer o *estado da arte* sobre o tema em estudo e que permitiu clarificar os objetivos e os assuntos a abordar. O ponto 1 relaciona a globalização económica e a harmonização contabilística, explicita a necessidade de harmonização contabilística e apresenta as vantagens e os obstáculos associados a esse tema. O ponto 2 aborda as normas contabilísticas internacionais no que diz respeito ao desenvolvimento histórico do IASB e ao impacto da adoção das IFRS (benefícios da adoção das IFRS e o seu impacto nas demonstrações financeiras). O ponto 3 esclarece sobre a transparência da informação contabilística e o impacto das normas IFRS nessa transparência. O capítulo II. Versa a contabilidade em Angola: a normalização contabilística, o PGCA (Plano Geral de Contabilidade de Angola) e os princípios contabilísticos. O capítulo III. Apresenta a descrição e a análise dos resultados da pesquisa empírica. No capítulo IV são apresentadas as conclusões bem como as limitações e sugestões para futuras pesquisas.

CAPÍTULO I: ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1 Harmonização e Normalização contabilísticas Internacional

1.1.1 A globalização económica internacional

O Dicionário da Real Academia Espanhola regista o termo *Globalização* como “A tendência dos mercados e das empresas a aumentar, atingindo uma dimensão global que transcende as fronteiras nacionais” (DRAE, 2006). A globalização é um fenómeno de carácter internacional cuja ação tem por objeto alcançar uma penetração mundial de capitais permitindo que a economia mundial (e os mecanismos que a integram - o Comércio, a Produção e Finanças) torne possível a existência de espaços de integração ativa. Os agentes causadores do desenvolvimento da globalização são, essencialmente, quatro:

- (i) a abertura dos mercados nacionais ao comércio livre;
- (ii) as fusões e aquisições entre empresas multinacionais;
- (iii) a privatização das empresas públicas nacionais;
- (iv) os ajustes financeiros internacionais em prol do comércio livre.

É neste contexto que para Diaconu (2007) o processo de globalização torna necessário e urgente a harmonização dos sistemas contabilísticos, tendo em vista a possibilidade de apresentar um modelo de contabilidade financeira único. A harmonização global permitirá estandardizar a formação de relatos financeiros e torná-los mais transparentes e comparáveis, facilitando a tomada de decisão.

1.1.2.A necessidade de harmonização contabilística

De acordo com Pereira *et al* (2009), o aumento da atividade económica internacional, em termos de IDE (Investimento Direto Estrangeiro) e volume das transações internacionais, propiciou a interdependência entre as economias nacionais, o que contribuiu para a redução das distâncias percebidas pelos agentes. A deslocalização financeira consentida pelos avanços tecnológicos deu aos mercados financeiros uma grande mobilidade dos seus capitais. Isto deu origem a um aumento significativo da liquidez dos mercados financeiros, da diversificação internacional das carteiras dos investidores e da comodidade de acesso por parte das empresas a esses mercados. O mesmo autor afirma que nos dias que correm a informação financeira é predisposta aos acionistas e a outros interessados. Tendo por fundamento um conjunto de princípios e modos de atuar que variam de país para país, o resultado natural será a ausência de semelhança entre vários relatos financeiros, produzindo, usualmente, três ocorrências não desejáveis:

- Quando a informação financeira acerca da empresa não é compreendida de forma clara os custos do capital sobem;
- Torna-se mais complicado para a empresa ser credível perante os investidores e credores se a informação financeira for muito díspar de jurisdição para jurisdição;
- As empresas que se encontram cotadas nos mercados de capitais internacionais têm de sofrer custos devido à reformulação as suas contas.

Em virtude de todas estas problemáticas, atribuídas ao processo de análise financeira, a concorrência entre os mercados de capitais mundiais é prejudicada e as empresas poderão acarretar com elevados custos de obtenção de capital, em resultado das dificuldades em torno da compreensão da sua real situação económica e financeira.

As metodologias seguidas foram diferentes em cada país na construção da linguagem contabilística, tendo-se optado em algumas situações pela via da harmonização e noutras pela da uniformização ou normalização.

1.1.3 Definição de harmonização e normalização contabilística

Devemos compreender o conceito de harmonização contabilística como sendo um sistema que tem em vista aumentar a comparabilidade das práticas contabilísticas, atendendo à instituição de limites aos níveis de variação. Usualmente, a harmonização está relacionada com a execução de condições de consenso, sendo mais simples de por em prática no curto prazo. A necessidade de harmonização contabilística manifestou-se com a verificação de que as práticas contabilísticas mudam de país para país, havendo diferentes sistemas contabilísticos vigentes. O conceito de normalização contabilística refere-se a um método que tem por fim a uniformidade das práticas contabilísticas, estando relacionado com a imposição de estatutos rígidos e restritos.

Existem conflitos de interesses nas formas de consideração dos sistemas contabilísticos. Os países de orientação legalista, a grande parte de Europa Continental, organizam leis das sociedades e códigos comerciais extremamente bem definidos contabilisticamente. Sendo as mesmas leis procedentes de comissões especializadas e aprovadas pelo Estado. Outros países, como por exemplo, os EUA e a Inglaterra, usam o sistema inglês (*Common Law*), cujo propósito principal é entregar soluções de casos específicos, não havendo o estabelecimento de normas universais no futuro. A elaboração das normas contabilísticas não é feita pelo Estado, havendo um conjunto de especialistas que preparam os organismos de regulamentação económica. Isto pode estar relacionado com o facto de nesses países os financiadores mais importantes das empresas serem os acionistas, sendo a informação de âmbito financeira obrigatória e disponível para o investidor bolsista.

1.1.4 Vantagens e obstáculos da harmonização contabilística

No que diz respeito às práticas de relato financeiro em empresas de diferentes países, existem diferenças que dão origem a dificuldades para quem compõe os documentos de prestação de contas, para as auditorias, e para quem as interpreta. Desse ponto de vista, uma normalização a nível mundial é tida em conta como algo impossível e que produz efeitos contrários aos desejados.

A harmonização deve em primeiro lugar tentar superar barreiras das comparações internacionais. Quais são então as suas vantagens e obstáculos/barreiras?

Segundo Pereira *et al.* (2009) são diversos os benefícios que advêm da harmonização contabilística internacional:

- A expansão das transações internacionais:

A globalização dos mercados e o aumento da dependência mútua são razões de grande importância na admissão de normas internacionais de auditoria e contabilidade. Este facto pode aumentar o desempenho dos mercados, pois facilita as transações ao nível internacional, as decisões de afetação de recursos económicos e o estabelecimento dos preços.

- Mercado Único de Capitais:

Dadas às necessidades das empresas de aumentar o seu capital, pelo recurso às emissões de dívida pública de ações ou obrigações, há cada vez mais a necessidade de financiamentos estrangeiros, que obrigam à harmonização contabilística. Os emprestadores tomam as suas decisões de investimento dependendo da informação financeira concedida pela empresa, manifestando primazia pelos relatos financeiros que possam ser comparáveis.

- Transparência:

São vários os países que ainda não têm um agrupamento de normas de auditoria e contabilidade adequadas. A adequação às normas internacionais iria permitir o processamento total da normalização contabilística, assim como que esses mesmos países fizessem parte das inclinações contabilísticas dominantes.

As principais barreiras da harmonização contabilística têm por base as divergências existentes entre os vários países. Essas distinções, como referem Nobe e Parker (2004) e Pereira *et al.* (2009) podem ser provenientes:

- Da Cultura e História nacionais:

As práticas e regras contabilísticas nacionais são o resultado de questões de natureza social, económica e cultural dos países a que se referem. Isto denota que o significado dos registos financeiros pode variar de país para país. A implementação da harmonização iria evitar esta situação devido ao estabelecimento de regras comuns.

- A competência e dimensão dos organismos responsáveis:
A inexistência de organismos nacionais responsáveis, profissionais e que possam reger na área de contabilidade é uma barreira, o processo de internacionalização e harmonização torna-se difícil e sem propósito estabelecido.
- O impacto económico:
Existem consequências, do ponto de vista económico, no estabelecimento de novas regras contabilísticas. A mudança dos métodos contabilísticos conjetura sempre a possível não implementação da harmonização contabilística. As empresas têm consciência de que irão ter que suportar custos de formação e adaptação, em especial custos informáticos. Usualmente esses mesmos custos são mais significativos para as pequenas e médias empresas, havendo uma maior comodidade por parte das grandes empresas, dada as suas capacidades de absorção desses custos nos custos totais da organização.

1.2 As Normas Internacionais de Contabilidade

1.2.1 O desenvolvimento histórico do IASB

As Normas Internacionais de Contabilidade, conhecidas como normas IFRS são um conjunto de normas contabilísticas internacionais publicadas pelo IASB¹. Segundo Street (2006) a constituição do IASB traduziu-se numa abordagem mais flexível do cumprimento e explicação das normas contabilísticas, introduzindo no processo a evolução da *Corporate Governance*, no que respeita ao pilar da “Transparência da Informação e *Disclosure*”.

Apesar do desenvolvimento em direção à harmonização em maior escala, o processo teve sempre um ritmo lento, tendo-se acelerado em 1987, quando a Comissão Permanente e a IOSCO uniram esforços para criar um conjunto de IAS². Tem de ser feita menção que o processo

¹ A IASB é uma organização internacional que publica e introduz alterações nas várias Normas Internacionais de Contabilidade, desde de 1973. É composta por especialistas de ciências contabilísticas de países como Austrália, Alemanha, Canadá, EUA, França, Japão e Reino Unido. (ICAEW, 2006).

² A designação anterior de IFRS.

internacional não se ficou apenas com a publicação dos IAS, outros órgãos influentes promoveram iniciativas de harmonização contabilística próprias, tornando o processo mais lento porque estas políticas foram adotadas pelos Estados-Membros da UE (União Europeia) (Haller, 2002).

No entanto a adesão aos IFRS a nível mundial sucedeu-se após o escândalo da “Enron”³, em 2002, com a verificação de que normas baseadas em fundamentos contabilísticos seriam mais fieis à realidade económica das transações. A UE (União Europeia) determinou que todas as companhias de capital aberto no âmbito europeu teriam de aplicar o IFRS nas suas demonstrações financeiras a partir de 2005. Com esta decisão, também outros países de grande dimensão acabaram por adotar o IFRS.

1.2.2 O impacto da adoção das IFRS

O simples facto de haver desacordo nos processamentos contabilísticos entre as normas nacionais de cada país e as IFRS indica que a escolha das mesmas poderá ter impactos financeiros e contabilísticos relevantes. Foram desenvolvidos estudos, que tentam reconhecer e analisar os impactos consequentes da aplicação das IFRS nas demonstrações financeiras das empresas e nos seus resultados económicos.

Os autores Ashbaugh e Pincus (2001) relatam que a distinção maior entre as normas internacionais e as normas nacionais de cada país centra-se na divulgação da informação e na mensuração dos Passivos e Activos. Os mesmos autores afirmam que a adoção das IFRS diminui o valor absoluto dos erros de previsão financeira dos analistas.

Ball (2005) afirma que a escolha das normas IFRS é um acontecimento impossível de evitar e até desejável, todavia não deixa de salientar alguma cautela que advém da falta de dados históricos ou estudos de casos significativos que permitam afirmar bons resultados, em especial no que diz respeito à contabilização do justo valor em detrimento do custo histórico.

³ A Enron Company era uma empresa do setor da energia dos E.U.A. e uma das líderes mundiais no setor da eletricidade, gás natural e comunicações. No final de 2001 foi descoberta uma das maiores fraudes contabilísticas da história à qual se deu nome de “escândalo Enron”.

De acordo com Jermakowicz (2004), na análise dos efeitos da adoção das IFRS nas empresas belgas são identificados três pontos-chave:

- o justo valor, que pode dar azo à volatilidade nos valores atribuídos aos ativos e resultados;
- a complexidade das normas IASB;
- a ausência de guias de execução adequadas, podendo haver o risco de interpretações várias das IFRS.

Dargenidou, Mcleay e Raonic (2006) discutem que a escolha das IFRS poderá encaminhar o reconhecimento, em concordância com os princípios impostos e no mesmo intervalo de tempo, dos valores contabilísticos quando empresas do mesmo setor operam e produzem em circunstâncias similares.

Os mesmos autores sustentam que as IFRS exigem um maior nível de divulgação em comparação com outros sistemas normativos contabilísticos existentes. A transição será tanto mais fácil quanto mais próximas forem as políticas contabilísticas escolhidas para as impostas pelas IFRS. Desta forma, existirá a capacidade de apurar os impactos contabilísticos sobre os fluxos de caixa futuros.

Para Petreski (2006), as consequências da adoção das IFRS nas empresas são várias, o sistema imposto tem muitos obstáculos, no entanto, havendo respeito pelos princípios e regras, traduz-se numa fonte de informação financeira em que se pode confiar, concorrendo para a melhoria do valor das informações contabilísticas.

1.2.3 Principais benefícios da adoção das IFRS

As obras de investigação já realizadas detêm-se sobre os ganhos provenientes da adoção das IFRS como a base normativa de contabilidade vigente na Europa. De acordo com Ball (2006) é necessário ter em conta quatro vantagens essenciais da aplicação das IFRS:

- (i) As normas IFRS são de mais fácil entendimento e mais exigentes do que os planos nacionais de contabilidade, isto significa que existe uma maior confiança por parte dos investidores no que se refere à credibilidade da informação contabilística produzida;

- (ii) Permite aos pequenos investidores uma mais fácil leitura dos dados e melhor qualidade, diminuindo o problema da seleção adversa;
- (iii) Através da harmonização, é possível garantir a comparabilidade entre empresas sediadas em vários países, suprimindo os custos de processamento da informação.
- (iv) A harmonização permite o desaparecimento das barreiras relacionadas com aquisições e fusões entre empresas, o que favorece os investidores.

1.2.4 Impacto das IFRS nas demonstrações financeiras

As IFRS estabelecem alterações no modelo de contabilidade, designadamente um maior volume de informação a inserir no anexo ao balanço e à demonstração de resultados. Permite também a existência de elementos com os quais é possível comparar com períodos anteriores relativamente a toda a informação expressa em números.

É compreendido que de acordo com IASB todos os custos têm uma natureza operacional (IAS 8). Esta mudança dá ocasião a que todos os ganhos e perdas, que não provenham de forma direta da atividade, não sejam tão facilmente visíveis aos olhos dos investidores.

A terceira norma da IFRS conduz à consideração de aspetos muito significativos como exemplo o tratamento contabilístico do *goodwill*. As normas impostas obrigam que o valor pago pela aquisição de outra empresa tem de ser sujeito a testes de imparidade. Isto significa que nos anos seguintes à aquisição a empresa tem de avaliar esse ativo e caso o valor da empresa adquirida tenha sofrido alterações de valor, as “flutuações” devem ser consideradas custos ou ganhos do exercício.

Este aspeto pode produzir forças e considerações subjetivas face ao anteriormente estabelecido, pois vai forçar à avaliação sistemática das empresas adquiridas, tendo importância singular em empresas de grande dimensão cujo crescimento se tenha efetivado à base de aquisições. Pode existir dificuldade em determinar qual o valor gerado pela empresa adquirida após a data de aquisição.

É também enraizado o conceito de *justo valor*, no qual o imobilizado pode estar registado na contabilidade ao valor, preço de mercado, e não pelo seu custo histórico. O conceito de *justo valor* sujeita as empresas à reavaliação anual de todos os seus ativos contabilizados desse modo

(através dos *testes de imparidade*) e cuja valorização ou então desvalorização possa repercutir-se nos seus capitais próprios.

Alguns autores têm analisado o impacto da aplicação do IFRS nas demonstrações financeiras das empresas, sendo as conclusões controversas em termos do impacto positivo ou negativo, para as organizações, acerca dessa adoção.

Marques (2007) considera que o impacto das IFRS nas demonstrações financeiras das empresas é positivo, devido à utilização do Modelo Justo Valor, uma vez que este é mais ajustado ao atual contexto contabilístico e empresarial, evidenciando uma influência significativa ao nível da informação contabilística financeira produzida, na medida em que a sua utilização melhora a qualidade da informação, aumentando e potenciando a utilidade e consistência da informação contabilística.

Num estudo realizado por Goodwin e Ahmed (2006) os autores observaram que uma mudança para as IFRS teve um grande impacto sobre as grandes empresas. A maioria das grandes empresas teve um impacto negativo ao nível da IFRS em fins de imposto de renda devido à valorização de ativos. Por outro lado, mais da metade das pequenas e médias empresas não relataram nenhuma mudança no seu lucro líquido. As diferenças observadas foram atribuíveis à norma IAS 12 - Impostos sobre o Rendimento de Activos por Impostos Diferidos e Prejuízos fiscais.

Aisbitt (2006) também constatou que as normas que causaram o maior impacto financeiro eram diferentes das regras que causaram os maiores problemas na divulgação. Na sua análise da informação associada ao IFRS, o autor mostrou que as regras relativas à divulgação de instrumentos financeiros foram as mais problemáticas, seguido da divulgação sobre questões tais como pensões, pagamentos baseadas em ações, impostos diferidos, imparidades, e os dividendos.

O principal objetivo das demonstrações financeiras em IFRS é dar informações sobre a disposição financeira os resultados da entidade, que sejam vantajosas a um largo número de investidores com poder de decisão. Desta forma, os elementos que compõem as demonstrações

financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultados, Fluxos de Caixa, Notas e Divulgações) possibilitam atingir determinadas características, em termos qualitativos, de acordo com as IFRS, tais como a compreensibilidade, a relevância e comparabilidade.

1.3 A transparência da informação contabilística e a adoção das normas IFRS

Segundo Fortes (2001, p. 52) “*A contabilidade criativa é o resultado da transformação e manipulação da informação contabilística daquilo que realmente é, para aquilo que aqueles que a elaboram desejam que seja, aproveitando-se das facilidades que as normas existentes proporcionam, ou mesmo ignorando-as*”. Para este autor é a partir das informações geradas pela contabilidade que os *stakeholders* e futuros investidores tomam decisões empresariais, tendo em vista a maximização dos seus lucros. Uma informação contabilística produzida com sentido ético colabora para a otimização do exercício pois os acionistas ou os investidores esperam a máxima transparência nas informações fidedignas prestadas.

De acordo com o exposto a Ciência Contabilística, enquanto ciência de foro social, tem por finalidade a produção informações exatas sobre o patrimônio empresarial, tais dados devem ser íntegros e claros quanto às quantidades e qualidades dos termos físicos e monetários da entidade. As práticas de manipulação contabilística ilícita dão azo a distorções dos dados contabilísticos, sendo feitas com o intuito de atrair investimentos, ou diminuir a carga tributária, às empresas (que constitui a prática de crime).

Segundo o Libro Blanco do ICAC (2002), a necessidade de se adequar as Normas Internacionais de Contabilidade, ofereceu uma oportunidade para melhorar a qualidade e comparabilidade da informação financeira que as empresas emissoras de valores admitidos a negociação incluem nas suas contas anuais individuais e consolidadas.

De acordo com Niyama (2007) as informações contabilísticas originadas de esforços multinacionais na área de contabilidade despertam o interesse de segmentos de um mesmo grupo económico que concebe operações internacionais, como também aos utilizadores da informação

transnacionais. É de enorme importância o processo de harmonização das normas contabilísticas para que haja aumento da transparência, comparabilidade e compreensibilidade das demonstrações financeiras para os investidores internacionais. As normas contabilísticas internacionais irão moldar todos os mercados, e neste caso em particular, as demonstrações financeiras angolanas.

Como é possível depreender do quadro no *Anexo II*, é exposta uma lista das normas que dizem respeito às IAS e IFRS, bem como os temas que são abordados, para chegarmos ao entendimento da sua estrutura e integralidade.

Após a análise do mesmo existem várias vantagens na implementação das normas e padrões IFRS para a realidade angolana, tais como:

- Uma maior comparabilidade e transparência das demonstrações financeiras;
- A integração ao nível internacional do mercado de capitais;
- A acessibilidade de informação de cariz financeiro com qualidade para acionistas e autoridades interessadas;
- A potencialização das ambições de crescimento de investimento internacional no país.

CAPÍTULO II – A REPÚBLICA ANGOLANA E A CONTABILIDADE

2.1 BREVE ENQUADRAMENTO SOCIOECONÓMICO DE ANGOLA

A República de Angola, apesar das debilidades económicas e sociais que ainda apresenta tem vindo, nesta última década, a apresentar uma evolução bastante favorável dos indicadores socioeconómicos, revelando um compromisso muito sério no cumprimento dos objetivos do Millennium.

O retrato de Angola no início do novo milénio revelava-nos a imagem de um país com índices de desenvolvimento dos mais baixos do mundo mas com um elevado potencial de recursos estratégicos e capital humano.

Em 2000, Angola detinha entre os catorze países que integram o espaço da SADC⁴, o 8º mais elevado Rendimento Nacional Bruto *per capita*, sendo, no entanto o antepenúltimo no ranking se considerarmos como critério o IDH (0,403), ou mesmo o penúltimo em termos de probabilidade de sobrevivência para além dos 5 anos de idade, registando uma taxa de mortalidade apenas superada, negativamente, pelo Malawi. De acordo com dados mais recentes do PNUD (2012), Angola apresenta um IDH de 0,486.

Em termos populacionais, nos anos de viragem do milénio estimava-se que a população residente em Angola rondaria 13,1 milhões de pessoas, atualmente e de acordo com as estimativas do INE pensa-se que residirão em Angola cerca de 19,1 milhões de pessoas, sobretudo em meio urbano e com uma prevalência acentuada de jovens na sua estrutura.

Em termos económicos, Angola tem vindo a registar nos últimos anos uma evolução muito favorável. A diversificação da base económica tem sido uma aposta clara do executivo angolano, gizando políticas que visam uma menor dependência do setor petrolífero.

⁴ A Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (conhecida por **SADC**, do seu nome em inglês: *Southern Africa Development Community*) é a organização sub-regional de integração económica dos países da África Austral)

A análise das taxas de crescimento do PIB não petrolífero divulgadas pelo Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial⁵, revelam que a taxa média de crescimento do setor não petrolífero entre 2007 e 2012 ronda os 10%, valor superior à taxa de crescimento média anual que se cifrou em 8,3%.

Em 2013 a previsão do crescimento do PIB é de 5,1%, combinando para o efeito um crescimento estimado de 6,5% da economia não petrolífera e de 2,6% para a economia petrolífera.

O sucesso que tem vindo a ser registado ao nível dos indicadores macroeconómicos deve-se em muita à política orçamental seguida nos últimos anos que tem vindo a apostar claramente na sustentabilidade do crescimento económico através da priorização do investimento público e à valorização do capital humano.

De acordo com os dados que constam do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017, página 13, o OGE apresenta, desde 2007, um saldo positivo, na ótica do compromisso, de aproximadamente 9% do PIB.

A exceção a esta trajetória ocorreu no ano de 2009 devido à quebra acentuada das receitas petrolíferas, tendo como um dos principais reflexos uma diminuição da despesa referente ao Programa de Investimento Público.

Este facto evidencia de forma clara a forte exposição e dependência da economia angolana face ao comportamento do setor petrolífero. De forma, a mitigar os efeitos dos choques do mercado petrolífero na política orçamental, o governo angolano implementou em 2012 o Programa Executivo de Reforma Tributária (PERT) assente no alargamento da base tributária.

No que diz respeito à política monetária, de acordo com a avaliação realizada no Plano Nacional de Desenvolvimento ao período que medeia entre 2007 e 2012⁶, esta foi pautada pelos seguintes objetivos: “a estabilidade do sistema financeiro nacional e o controlo do nível geral de preços”.

⁵ De acordo com as taxas de crescimento do PIB Real apresentadas no Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 e no Relatório de Fundamentação do OGE 2014.

⁶ Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017, capítulo 2, ponto 2.1, página 11 a 17, Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial, Dezembro de 2012

Em 2012, fruto do controlo eficaz das variáveis liquidez e taxa de câmbio, foi possível, de acordo com os dados do Banco Nacional de Angola (BNA), atingir-se pela primeira vez uma taxa de inflação de apenas um dígito, tendo esta se cifrado nos 9,02%.

Neste período foi igualmente realizado um esforço no combate ao mercado informal cambial através do controlo do diferencial entre a taxa de câmbio no mercado primário e no informal. Este controlo passou em alguns momentos pela colocação de divisas no mercado em simultâneo com a desvalorização do Kwanza, travando deste modo os comportamentos especulativos dos agentes económicos.

De acordo com os dados que constam do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017, “desde o princípio de 2010” o diferencial cambial tem-se mantido estável (embora a um nível mais elevado), com alguma tendência de redução nos meses mais recentes, para o que também tem contribuído o aumento das Reservas Internacionais, o endividamento prudente e a consolidação fiscal.

O volume de reservas internacionais líquidas é um dos principais fundamentos da robustez da estabilidade macroeconómica de Angola. Nos últimos cinco anos, estas cresceram em cerca de 100% o que permitiu cobrir mais de sete meses e meio de importação.”⁷

Por fim, no que diz respeito à Balança de Pagamentos verifica-se que esta tem apresentado nos últimos anos um comportamento favorável para o qual em muito tem contribuído o desempenho da Balança Comercial.

Nos últimos 6 anos, apenas em 2009, devido à crise financeira internacional, se registou um saldo negativo da Balança de Pagamentos. Este facto ficou a dever-se à “queda registada em 2009 na balança comercial que resultou em grande medida, da queda do preço e da quantidade do produto que representa 94% das exportações combinada com uma maior rigidez das importações em face de uma crise que vinha de fora.”

⁷ Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017, capítulo 2, ponto 2.1, página 16, Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial, Dezembro de 2012.

2.2 Normalizações contabilística em Angola

Angola, enquanto província portuguesa foi influenciada em termos contabilísticos por essa dependência. A Direcção dos Serviços de Fazenda Nacional fazia o processamento da contabilidade sujeita a Portugal até Março de 1976, vindo a designar-se de Ministério das Finanças, após a independência, até a presente data.

Na época colonial, os princípios contabilísticos que estavam em exercício em Angola eram comuns aos de Portugal, apenas a Banca e os Seguros eram sujeitos ao uso do quadro de contas, registando-se uma autêntica “confusão” nos restantes setores. Na fase pós-colonial, a segunda fase, sobressai à reforma fiscal, mais precisamente o Código da Contribuição Industrial, e também a origem de legislação sobre a fiscalização das Sociedades Anónimas. O Decreto-lei nº 493/81 apresenta progressos no que respeita à determinação de custos e proveitos de cada exercício e a elaboração da publicação obrigatória. O Decreto nº 250/79 de 19 de Outubro aprovou um Plano de Contas Nacional.

O Executivo nacional e o Banco Nacional de Angola (BNA) têm procurado nos últimos anos por em prática um agrupamento de medidas que visam à alteração permanente do quadro legislativo e normativo tendo em vista a solidez, estabilidade e melhoria contínua do sistema financeiro angolano. A persecução destes mesmos objetivos prende-se com o facto do elevado Investimento Direto Estrangeiro (IDE) de que o país tem sido alvo na última década, assim como a futura e esperada abertura da Bolsa de Valores de Angola, cujo mercado secundário leva a uma constante verificação das contas das empresas cotadas em bolsa por parte de agentes internacionais independentes. A definição das relações económicas obriga à consciência de que os investimentos poderão ter um volume ainda mais alargado quanto maior a transparência e aproximação dos Standards internacionais de comparação e padronização da informação contabilística.

2.3 O PGCA (Plano Geral de Contabilidade de Angola)

Em 1978 foi criado o Plano de Contas pelo Ministério do Comercio Interno e em 1979 surge o Plano de Contas Nacional, aprovado pelo Decreto nº 250/79 de 19 de Outubro, sendo este aplicado a todos os setores económicos estatais, mistos e privados. Em 1995 foi aprovado pelo Decreto – Lei nº 82/01 de 16 de Novembro, o PGCA (Plano Geral de Contabilidade de Angola), atualmente em vigor, sendo um plano que obedece a uma normalização setorial, excetuando a Banca e os Seguradores, aplicando-se essencialmente às Sociedades Comerciais.

O PGCA foi inspirado com base nas normas do IASB. De acordo com Rebelo (2008) o PGCA determina os critérios de disposição e apresentação das Demonstrações Financeiras, sendo o seu propósito ajudar os contabilistas na aplicação de normas em tudo similares às internacionais. O elenco das contas é apresentado no *Anexo III* do presente documento.

De acordo com o PGCA (2001), as características qualitativas atribuídas ao mesmo são a consistência, a materialidade a comparabilidade e não compensação de saldo. Estes aspetos permitem criar valor aos seus utilizadores, dada à importância que é dada à relevância e fiabilidade dos princípios contabilísticos.

Segundo Gonçalves e Neves (2009), os princípios contabilísticos são:

- *Princípio da continuidade:* entende-se que a empresa prossegue com as suas atividades, não planeando a necessidade de entrar em liquidação ou reduzir significativamente a sua atividade.
- *Princípio de consistência:* as regras e procedimentos devem manter-se e generalizar-se em casos e situações idênticas. É o caso dos critérios de valorimetria que não podem ser modificados de exercício para o outro.
- *Princípio da Prudência:* a preferência deve recair sobre as opções mais pessimistas ou cautelosas; os custos devem ser sempre certos, proveitos por vezes incertos.
- *Princípio da Materialidade:* as demonstrações financeiras têm de expor claramente a totalidade dos elementos que sejam importantes e que possam afetar a determinação de valor ou a decisões de terceiros.

As demonstrações financeiras são preparadas com base nos registos contabilísticos efetuados de acordo com a legislação vigente em Angola, consubstanciadas no PGC (Plano Geral de Contabilidade) (Decreto nº 82/01, de 16 de Novembro), e em conformidade com os princípios e normas contabilísticos geralmente aceites.

No entanto, apesar da inspiração nas normas do IASB existe um aspeto que não é contemplado no PGCA e que é de grande importância no IASB. O PGCA não tem em consideração o chamado “Princípio da Prudência”. A prudência é determinada e fixada na estrutura do IASB, e tida pelos indivíduos que preparam as demonstrações financeiras. Mas tem por base a incerteza, em relação a situações ou causas que rodeiam esses mesmos indivíduos. Deste modo, é possível incluir nas demonstrações financeiras um grau de precaução, ao fazerem-se as estimativas exigidas em condições de incerteza.

Feito o enquadramento teórico do tema, o capítulo seguinte descreverá a metodologia inerente à presente investigação bem como a apresentação dos resultados obtidos através da aplicação do questionário aos profissionais da contabilidade tendo em vista a obtenção de resposta à questão de investigação patente no presente estudo, ou seja, *existirá algum impacto, ao nível da transparência da informação contabilística, percebido pelo profissional de contabilidade, ao analisar as demonstrações financeiras elaboradas segundo as normas IFRS quando comparado com a experiência da análise das demonstrações financeiras elaborados segundo o PGCA?*

CAPÍTULO III: METODOLOGIA E APRESENTAÇÃO DO RESULTADOS

3.1 Metodologia

A conceção experimental do projeto partiu da escolha do tema e da revisão da literatura, através de consulta de artigos cientificamente credíveis e livros de autores credenciados, com a finalidade de observar o “estado da arte” e para definir o problema e os objetivos subjacentes nesta investigação.

O estudo empírico utilizou a técnica do questionário para a recolha de dados fundamentais para a obtenção de resposta à questão de investigação inerente ao presente trabalho. A utilização de um questionário é aconselhável quando se pretende conhecer uma população (modos de vida, costumes, comportamentos, valores e opiniões) observando-se como vantagem neste método a possibilidade de quantificar dados e proceder a relações entre eles, bem como satisfazer a exigência de representatividade do conjunto dos inquiridos.

O questionário (ver *anexo I*) é constituído por uma série ordenada de questões com o objetivo de analisar a perceção dos profissionais de contabilidade, das empresas angolanas, do impacto que a IFRS podem ter na transparência da informação contabilística produzida por essas organizações quando comparável com a aplicação do PGCA, com o objetivo de responder à questão latente a toda a dissertação:

“Existirá algum impacto, ao nível da transparência da informação contabilística, percebido pelo profissional de contabilidade, ao analisar as demonstrações financeiras elaboradas segundo as normas IFRS quando comparado com a experiência da análise das demonstrações financeiras elaborados segundo o PGCA?”

O questionário é composto por 23 questões divididas por cinco partes distintas, conforme abaixo se ilustra.

Componente / Questão	Objetivo
A – Informação sobre o inquirido	Nesta componente pretende-se caracterizar a pessoas que irá responder ao inquérito, isto é o sexo, a idade do inquirido, se exerce funções na áreas e em caso afirmativo há quanto tempo.
B – Normas internacionais de reporte financeiras	Neste grupo de questões pretende-se saber em que medida o inquirido concorda com as normas internacionais estabelecidas (questão 5) e se se considera preparado para as aplicar (questão 6). Por outro lado, tenta-se perceber igualmente qual a opinião do inquirido sobre o impacte das normas na transparência da informação contabilística (questão 7).
C – Nível de preparação das empresas para adotar as normas IFRS	Nesta secção, pretende-se saber em primeiro lugar se as empresas onde o inquirido desempenha funções se são cotadas em bolsa e se são obrigadas a aplicar as normas internacionais (questão 8), ou se por ventura alguma das empresas utiliza de forma voluntária o normativo internacional (questão 9). Pretende-se igualmente ter uma ideia de quantas empresas, do universo do inquirido, recorrem ao normativo internacional quando o normativo PGCA é omissivo (questão 10), qual a proporção das empresas angolanas que se está a preparar para a adoção das IFRS (questão 11) e qual o nível de preparação das mesmas (questão 12). Por fim, pretende-se saber qual o grau de utilização de algumas fontes de informação por parte das empresas angolanas para se atualizarem em relação ao PGCA (questão 13).

Componente / Questão	Objetivo
D – Impacto da adoção das IFRS	<p>Na questão 14 pretende-se saber qual o impacte da utilização das normas IFRS nalgumas áreas, como por exemplo, no processo contabilístico, na formação, entre outras.</p> <p>A questão 15 avalia especificamente o impacte das IFRS nas fases do processo contabilísticos e a seguinte pretende avaliar a dimensão das alterações no valor dos Resultados e dos Activos da empresa (questão 16).</p> <p>Na questão 17 pretende-se perceber o impacte das IFRS em termos de transparência da informação contabilística nalguns elementos da Demonstração de Resultados.</p> <p>As questões 18 e 19 estão relacionadas com o conceito do Justo Valor. Na primeira pretende-se avaliar a capacidade das empresas para a aplicação do Justo Valor e na segunda o impacte da sua utilização na volatilidade de alguns elementos das Demonstrações Financeiras.</p> <p>A identificação dos principais obstáculos à adoção das IFRS é o mote da questão 20.</p>
E – Perceção dos utilizadores da informação contabilística	<p>Esta componente é composta por três questões que pretendem aferir se os utilizadores da informação contabilística estão informados sobre a adoção das normas IFRS (questão 21), se consideram que a adoção das IFRS tem impacto no valor do capital próprio da empresa (questão 22) e na qualidade das demonstrações financeiras (questão 23).</p>

A recolha de dados foi feita de forma escrita, não tendo havido a utilização de outras formas de contacto com os inquiridos (questionário com página na internet ou via telefone), tendo a estrutura do questionário sido o mais clara possível nas instruções dadas aos questionados.

O formato das questões teve por base 2 tipos de questões: Questões do tipo fechado (Sim/Não; Opções limitadas e fechadas); Questões de escala (Numa escala de Total concordância/ Total discordância, opções limitadas e fechadas).

A representação da versão final do questionário (**ver anexo I**) foi enviada a 56 profissionais ou pessoas associadas à área de contabilidade. Dos 56 inquiridos foram obtidas 44 respostas cujos questionários puderam ser utilizados de forma viável, obtendo assim uma taxa de sucesso aproximada de 79%.

O método utilizado para a escolha dos inquiridos passou por vários critérios de seleção académica consideradas pelo autor e sugeridas por autoridades académicas com experiência, dos quais podem distinguidos os seguintes: (i) A obtenção de formação superior relacionada à prática da contabilidade; (ii) Conhecimentos sobre o sistema contabilístico angolano; (iii) A possibilidade da prática de contabilidade em Angola (nacionais ou expatriados).

Foram também considerados outros fatores, como as empresas nos quais os indivíduos questionados estão correntemente a trabalhar (e.g: *Delloitte; Price Waterhouse Coopers; KPMG; Nexia; Coca Cola e Ministério das Finanças*) havendo uma maior insistência sobre estes indivíduos para a obtenção de resposta dado o contexto e tema do trabalho, a “internacionalização das normas contabilísticas”.

O tratamento dos dados do questionário foi feito com recurso ao programa informático SPSS (*Statistics Packages for Social Sciences*).

3.2 - Descrição e análise dos resultados

A determinação do impacto em termos de transparência da informação contabilística provocada pela adoção das normas IFRS em Angola orientou a aplicação de um questionário, cujos resultados se apresentam. A informação neste capítulo está dividida em duas partes: (1) descrição dos resultados e (2) análise dos resultados. Na descrição dos resultados apresentam-se quadros que resumem os valores e uma breve descrição sobre os mesmos. Na análise dos

resultados enquadram-se os resultados relativos a Angola no contexto geral do tema a abordar, de acordo com os objetivos.

3.2.1-Análise dos resultados

O Quadro 1 apresenta a repartição dos inquiridos por sexo: 26 (59,1%) do sexo masculino e 18 (40,9%) do sexo feminino. Pode-se observar que a maioria dos inquiridos é do sexo masculino.

Quadro 1: Sexo

SEXO	FREQUÊNCIA	%
Masculino	26	59,1
Feminino	18	40,9
Total	44	100,0

O Quadro 2 apresenta a distribuição por idades dos inquiridos, estando as idades compreendidas entre os 23 e os 50 anos e a idade média dos inquiridos é de 31,7 anos.

Quadro 2: Idades

IDADES	FREQUÊNCIA	%
23	2	4,5
24	4	9,1
25	5	11,4
26	1	2,3
27	4	9,1
28	3	6,8
29	1	2,3
30	2	4,5
31	3	6,8
32	2	4,5
33	1	2,3
35	3	6,8
36	2	4,5
37	1	2,3
38	1	2,3
39	1	2,3
40	2	4,5
42	1	2,3
43	1	2,3
46	1	2,3
48	1	2,3
50	2	4,5
Total	44	100,0

Os Quadros 3 e 4 apresentam, respetivamente, os inquiridos que exercerem funções no âmbito da contabilidade (ou não) e o número de anos no exercício dessas mesmas funções. Pode-se verificar que na amostra mais de metade dos inquiridos exerce atualmente funções de contabilista (24 indivíduos que corresponde a 54,5% da amostra). Quanto ao número de anos no exercício das funções, é de menos de 5 anos para 15 (34,1%) indivíduos, 7 (15,9%) exercem funções entre os 5 e os 10 anos, 1 (2,3%) exerce funções entre os 11 e os 15 anos, 1 (2,3%) exerce funções há mais de 15 anos e 20 (45,5%) não respondem.

Quadro 3: Exercício de funções

EXERCE FUNÇÕES	FREQUÊNCIA	%
Sim	24	54,5
Não	20	45,5
Total	44	100,0

Quadro 4: Número de anos de exercício de funções

Nº DE ANOS DE EXERCÍCIO DE FUNÇÕES	FREQUÊNCIA	%
Menos de 5 anos	15	34,1
Entre 5 e 10 anos	7	15,9
Entre 11 e 15 anos	1	2,3
Mais de 15 anos	1	2,3
Não resposta	20	45,5
Total	44	100,0

O Quadro 5 apresenta os resultados sobre a concordância/discordância da adoção das IFRS em Angola. Os dados revelam um elevado nível de aceitação da adoção das IFRS, 30 (68,2%) concordam e 9 (20,5%) concordam totalmente e apenas com 1 (2,3%) a discordar, 4 (9,0%) não têm opinião.

Quadro 5: Concordância/discordância com a adoção das IFRS

CONCORDÂNCIA/DISCORDÂNCIA COM A ADOÇÃO DAS IFRS	FREQUÊNCIA	%
Discordo Totalmente	1	2,3
Concordo	30	68,2
Concordo Totalmente	9	20,5
Sem Opinião	4	9,0
Total	44	100,0

O Quadro 6 revela a percepção dos inquiridos sobre sentirem-se preparados para a aplicação das IFRS: 22 (50%) sentem-se preparados - 17 (38,6%) sentem-se razoavelmente preparados e 5 (11,4%) sentem-se bastante preparados -, e 17 (38,6%) sentem-se pouco ou nada preparados; 14 (31,8%) respondem pouco preparados; 3 (6,8%) respondem nada preparados e 5 (11,4%) não sabem.

Quadro 6: Preparação para aplicação das IFRS

PREPARAÇÃO PARA APLICAÇÃO DAS IFRS	FREQUÊNCIA	%
Nada Preparado	3	6,8
Pouco Preparado	14	31,8
Razoavelmente Preparado	17	38,6
Bastante Preparado	5	11,4
Não Sei	5	11,4
Total	44	100

O impacto na transparência da informação contábilística provocado pela adoção das IFRS (Quadro 7) é considerado positivo para 35 (79,5%) dos inquiridos; 25 (56,8%) considera positivo; 10 (22,7%) considera muito positivo. Apenas 1 (2,3%) considera ser negativo; 5 (11,4%) consideram não ter impacto e 3 (6,8%) não sabem.

Quadro 7: Impacto na transparência da informação contábilística provocada pela adoção das IFRS

IMPACTO NA TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA PROVOCADO PELA ADOÇÃO DAS IFRS	FREQUÊNCIA	%
Negativo	1	2,3
Sem Impacto	5	11,4
Positivo	25	56,8
Muito Positivo	10	22,7
Não Sei	3	6,8
Total	44	100,0

Sobre a questão se as empresas onde os inquiridos desempenham funções são cotadas em Bolsa e estão obrigadas a aplicar as IFRS emitidas pelo IASB (Quadro 8) os resultados obtidos foram os seguintes: 19 (43,2%) dos inquiridos respondem que não, 6 (13,6%) respondem que sim e 19 (43,2%) não respondem.

Quadro 8: Cotação em bolsa e obrigação de aplicar as IFRS emitidas pelo IASB

COTAÇÃO EM BOLSA DAS EMPRESAS ONDE DESEMPENHA FUNÇÕES E OBRIGAÇÃO DE APLICAR AS IFRS EMITIDAS PELO IASB	FREQUÊNCIA	%
Não	19	43,2
Sim	6	13,6
Não resposta	19	43,2
Total	44	100,0

O Quadro 9 apresenta a opinião dos inquiridos sobre se nas empresas onde desempenham funções existe a utilização voluntária do normativo internacional IFRS/IASB: 22 (50%) respondem que a (s) empresa (s) não utiliza voluntariamente o normativo internacional IFRS/IASB. Apenas 3 (6,8%) inquiridos referem a sua utilização e 19 (43,2%) não respondem.

Quadro 9: Utilização voluntária pelas empresas do normativo internacional IFRS/IASB

UTILIZAÇÃO VOLUNTÁRIA DE EMPRESAS DO NORMATIVO INTERNACIONAL IFRS/IASB	FREQUÊNCIA	%
Não	22	50,0
Sim, quantas?	3	6,8
Não resposta	19	43,2
Total	44	100,0

Nas situações em que o normativo (PGCA) é omissivo (Quadro 10), 15 (34,0%) inquiridos respondem que nenhuma ou pouca empresa recorre ao normativo internacional IFRS/IASB – 2 (4,5%) respondem nenhuma empresa e 13 (29,5%) respondem poucas empresas. Apenas 1 (2,3%) inquirido responde a maioria das empresas, 9 (20,5%) não sabe e 19 (43,2%) não respondem.

Quadro 10: Empresas que recorrem ao normativo internacional IFRS/IASB nas situações em que o normativo (PGCA) é omissivo

EMPRESAS QUE RECORREM AO NORMATIVO INTERNACIONAL IFRS/IASB NAS SITUAÇÕES EM QUE O NORMATIVO (PGCA) É OMISSO	FREQUÊNCIA	%
Nenhuma empresa	2	4,5
Poucas empresas	13	29,5
Maioria das empresas	1	2,3
Não sei	9	20,5
Não resposta	19	43,2
Total	44	100,0

O Quadro 11 apresenta a proporção das empresas, percebido pelos profissionais inquiridos, a prepararem-se para adotar as IFRS: 13 (29,5%) dos inquiridos considera que mais de 25% das empresas angolanas estão a preparar-se para adotar as IFRS – 10 (22,7%) respondem 25% a 50% das empresas e 3 (6,8%) respondem 50% a 75% das empresas -, 17 (38,7%) dos inquiridos considera que menos de 25% das empresas angolanas estão a preparar-se para adotar as IFRS, 1 (2,3%) respondem nenhuma empresa e 14 (31,8%) não respondem.

Quadro 11: Empresas angolanas a prepararem-se para adotarem as IFRS

EMPRESAS ANGOLANAS A PREPARAREM-SE PARA ADOTAREM AS IFRS	FREQUÊNCIA	%
Nenhuma empresa	1	2,3
Menos de 25% das empresas	16	36,4
25% a 50% das empresas	10	22,7
50% a 75% das empresas	3	6,8
Não sei	14	31,8
Total	44	100,0

O Quadro 12 apresenta os resultados sobre o nível de preparação das empresas angolanas para adotar as IFRS: 26 (59,1%) dos inquiridos considera que as empresas angolanas estão preparadas para adotar as IFRS; 25 (56,8%) considera que as empresas angolanas estão razoavelmente preparadas e 1 (2,3%) considera que as empresas estão bastante preparadas. Apenas 1 (2,3%) inquirido considera que as empresas não estão nada preparadas e 13 (29,5%) não sabem.

Quadro 12: Nível de preparação das empresas angolanas para adotar as IFRS

NÍVEL DE PREPARAÇÃO DAS EMPRESAS ANGOLANAS PARA ADOPTAR AS IFRS	FREQUÊNCIA	%
Nada preparadas	5	11,4
Razoavelmente preparadas	25	56,8
Bastante Preparadas	1	2,3
Não sei	13	29,5
Total	44	100,0

A utilização de fontes de informação, através da leitura sobre o tema, aquisição de *software* específico, recrutamento de consultores, formação de colaboradores e outros meios disponíveis, pelas empresas angolanas para se atualizarem em relação ao PGCA é apresentada nos quadros 13 a 17.

Sobre a utilização da leitura de informação pelas empresas para atualização em relação aos PGCA (Quadro 13): 16 (36,4%) dos inquiridos considera que as empresas não utilizam ou utilizam pouco este meio; 1 (2,3%) responde que não utilizam e 15 (34,1%) respondem que utilizam pouco; 17 (38,6%) pensam que as empresas utilizam; 15 (34,1%) respondem que utilizam razoavelmente e 2 (4,5%) responde que utilizam bastante e 11 (25,0%) não respondem.

Quadro 13: Utilização pelas empresas angolanas da leitura de informação para se atualizarem em relação aos PGCA

UTILIZAÇÃO PELAS EMPRESAS ANGOLANAS DA LEITURA DE INFORMAÇÃO PARA SE ATUALIZAREM EM RELAÇÃO AOS PGCA	FREQUÊNCIA	%
Não utilizam	1	2,3
Utilizam pouco	15	34,1
Utilizam razoavelmente	15	34,1
Utilizam bastante	2	4,5
Não resposta	11	25,0
Total	44	100,0

Sobre a aquisição de *software* contabilístico pelas empresas para atualização em relação ao PGCA (Quadro 14) é possível a seguinte leitura: 25 (61,4%) dos inquiridos pensam que as empresas utilizam este meio, 22 (50,0%) respondem que utilizam razoavelmente e 5 (11,4%) respondem utilizam bastante. Apenas 5 (11,4%) dos inquiridos considera que as empresas utilizam pouco este meio e 12 (27,3%) não respondem.

Quadro 14: Aquisição pelas empresas angolanas de *software* contabilístico para se atualizarem em relação ao PGCA

AQUISIÇÃO PELAS EMPRESAS ANGOLANAS DE SOFTWARE CONTABILÍSTICOS PARA SE ATUALIZAREM EM RELAÇÃO AO PGCA	FREQUÊNCIA	%
Utilizam pouco	5	11,4
Utilizam razoavelmente	22	50,0
Utilizam bastante	5	11,4
Não resposta	12	27,3
Total	44	100,0

Sobre a contratação de consultores pelas empresas para a sua atualização em relação ao PGCA (Quadro 15) os dados recolhidos permitem a seguinte observação: 19 (43,2%) dos inquiridos pensam que as empresas utilizam este meio, 14 (31,8%) respondem que utilizam razoavelmente e 5 (11,4%) respondem utilizam bastante. 14 (31,8%) dos inquiridos consideram que as empresas não utilizam ou utilizam pouco este meio, 1 (2,3%) responde não utilizam, 13 (29,5%) respondem utilizam pouco e 11 (25,0%) não respondem.

Quadro 15: Utilização pelas empresas angolanas de contratação de consultora para se atualizarem em relação ao PGCA

UTILIZAÇÃO PELAS EMPRESAS ANGOLANAS DE CONTRATAÇÃO DE CONSULTORA PARA SE ACTUALIZAREM EM RELAÇÃO AO PGCA	FREQUÊNCIA	%
Não utilizam	1	2,3
Utilizam pouco	13	29,5
Utilizam razoavelmente	14	31,8
Utilizam bastante	5	11,4
Não resposta	11	25,0
Total	44	100,0

Sobre a ministração de formação ao pessoal, pelas empresas, para atualização em relação ao PGCA (Quadro 16) foi possível observar: 22 (59,0%) consideram que as empresas utilizam este meio, 20 (45,5%) respondem que utilizam razoavelmente e 2 (4,5%) respondem que utilizam bastante; 12 (27,3%) dos inquiridos consideram que as empresas utilizam pouco este meio, 1 (2,3%) responde que não utilizam e 11 (25,0%) responde utilizam pouco e 10 (22,7%) não respondem.

Quadro 16: Utilização pelas empresas angolanas de formação de pessoal para se atualizarem em relação ao PGCA

UTILIZAÇÃO PELAS EMPRESAS ANGOLANAS DE FORMAÇÃO DO PESSOAL PARA SE ACTUALIZAREM EM RELAÇÃO AO PGCA	FREQUÊNCIA	%
Não utilizam	1	2,3
Utilizam pouco	11	25,0
Utilizam razoavelmente	20	45,5
Utilizam bastante	2	4,5
Não resposta	10	22,7
Total	44	100,0

Sobre a utilização de outros meios pelas empresas, não mencionados anteriormente, para atualização em relação ao PGCA (Quadro 17) os resultados obtidos foram os seguintes: 9 (20,5%) dos inquiridos consideram que as empresas utilizam pouco este meio, 7 (15,9%) respondem que as empresas utilizam razoavelmente ou bastante este meio: 3 (6,8%) respondem que utilizam razoavelmente e 4 (9,1%) respondem que utilizam bastante. 28 (63,6%) não respondem.

Quadro 17: Utilização pelas empresas angolanas de outros meios para se atualizarem em relação ao PGCA

UTILIZAÇÃO PELAS EMPRESAS ANGOLANAS DE OUTROS MEIOS PARA SE ACTUALIZAREM EM RELAÇÃO AO PGCA	FREQUÊNCIA	%
Utilizam pouco	9	20,5
Utilizam razoavelmente	3	6,8
Utilizam bastante	4	9,1
Não responde	28	63,6
Total	44	100,0

Os quadros 18 a 23 apresentam o resumo dos dados sobre o possível impacto, percebido pelos inquiridos, acerca da adoção das normas IFRS por áreas.

Em relação ao impacto da adoção das normas IFRS no processo contabilístico (Quadro 18), 32 (72,7%) dos inquiridos pensa que tem impacto, 18 (40,9%) respondem algum impacto e 14 (31,8%) respondem muito impacto. Apenas 4 (9,1%) dos inquiridos considera que tem pouco impacto e 8 (18,2%) não têm opinião.

Quadro 18: Impacto pela adoção das normas IFRS no processo contabilístico

IMPACTO PELA ADOÇÃO DAS NORMAS IFRS NO PROCESSO CONTABILÍSTICO	FREQUÊNCIA	%
Pouco impacto	4	9,1
Algum impacto	18	40,9
Muito impacto	14	31,8
Sem opinião	8	18,2
Total	44	100,0

O impacto da adoção das normas IFRS no sistema informático (Quadro 19) é significativo para 31 (70,5%) dos inquiridos, 11 (25,0%) respondem ter algum impacto e 20 (45,5%) respondem muito impacto. Apenas para 2 (4,5%) dos inquiridos tem pouco impacto e 11 (25,0%) não têm opinião.

Quadro 19: Impacto da adoção das normas IFRS no sistema informático

IMPACTO DA ADOÇÃO DAS NORMAS IFRS NO SISTEMA INFORMÁTICO	FREQUÊNCIA	%
Pouco impacto	2	4,5
Algum impacto	11	25,0
Muito impacto	20	45,5
Sem opinião	11	25,0
Total	44	100,0

O impacto da adoção das normas IFRS na formação de pessoal (Quadro 20) é significativo para 28 (63,6%) dos inquiridos, 11 (25,0%) respondem algum impacto e 17 (38,6%) respondem muito impacto. Apenas para 4 (9,1%) dos inquiridos o impacto é pouco significativo e 12 (27,3%) não têm opinião.

Quadro 20: Impacto da adoção das normas IFRS na formação de pessoal

IMPACTO DA ADOÇÃO DAS NORMAS IFRS NA FORMAÇÃO DE PESSOAL	FREQUÊNCIA	%
Pouco impacto	4	9,1
Algum impacto	11	25,0
Muito impacto	17	38,6
Sem opinião	12	27,3
Total	44	100,0

O impacto da adoção das normas IFRS nos custos envolvidos, percebido pelos inquiridos, (Quadro 21), tem significado para 26 (59,1%) dos inquiridos: algum impacto para 16 (36,4%) e muito impacto para 10 (22,7%), tem pouco impacto apenas para 5 (11,4%) dos inquiridos e 13 (29,5%) não têm opinião.

Quadro 21: Impacto da adoção das normas IFRS nos custos envolvidos

IMPACTO DA ADOÇÃO DAS NORMAS IFRS NOS CUSTOS ENVOLVIDOS	FREQUÊNCIA	%
Pouco impacto	5	11,4
Algum impacto	16	36,4
Muito impacto	10	22,7
Sem opinião	13	29,5
Total	44	100,0

O impacto da adoção das normas IFRS nas reações dos analistas/investidores (Quadro 22), é pouco significativo para 9 (20,5%) dos inquiridos; não tem nenhum impacto para 1 (2,3%); tem pouco impacto para 8 (18,2%); tem impacto para 24 (54,6%); 12 (27,3%) respondem algum impacto; 12 (27,3%) respondem muito impacto e 11 (25,0%) não têm opinião.

Quadro 22: Impacto da adoção das normas IFRS nas reações dos analistas/investidores

IMPACTO DA ADOÇÃO DAS NORMAS IFRS NAS REACÇÕES DOS ANALISTAS/INVESTIDORES	FREQUÊNCIA	%
Nenhum impacto	1	2,3
Pouco impacto	8	18,2
Algum impacto	12	27,3
Muito impacto	12	27,3
Sem opinião	11	25,0
Total	44	100,0

O impacto da adoção das normas IFRS em outras áreas, diferentes das anteriormente questionadas, (Quadro 23) é pouco significativo para 15 (34,1%) dos inquiridos; nenhum impacto para 3 (6,8%); pouco impacto para 12 (27,3%); tem algum impacto apenas para 1 (2,3%) e 28 (63,6%) não têm opinião.

Quadro 23: Impacto da adoção das normas IFRS em outras áreas

IMPACTO DA ADOÇÃO DAS NORMAS IFRS EM OUTRAS ÁREAS	FREQUÊNCIA	%
Nenhum impacto	3	6,8
Pouco impacto	12	27,3
Algum impacto	1	2,3
Sem opinião	28	63,6
Total	44	100,0

Os Quadros 24 a 26 apresentam o impacto, percebido pelos inquiridos, da adoção das IFRS nas fases do processo contábilístico.

O impacto da adoção das IFRS na fase de reconhecimento do processo contábilístico (Quadro 24) é pouco significativo para 7 (15,9%) inquiridos, que respondem pouco impacto, e apresenta impacto para 27 (61,4%) dos inquiridos; 9 (20,5%) respondem algum impacto; 10 (22,7%) respondem muito impacto e 18 (40,9%) não têm opinião.

Quadro 24: Impacto da adoção das IFRS na fase de reconhecimento do processo contábilístico

IMPACTO DA ADOÇÃO DAS IFRS NA FASE DE RECONHECIMENTO DO PROCESSO CONTABILÍSTICO	FREQUÊNCIA	%
Pouco impacto	7	15,9
Algum impacto	9	20,5
Muito impacto	10	22,7
Sem opinião	18	40,9
Total	44	100,0

De acordo com o Quadro 25, 1 (2,3%) dos inquiridos pensa existir pouco impacto na adoção das IFRS na fase de mensuração do processo contábilístico. Para 26 (59,1%) inquiridos existe impacto; 19 (43,2%) respondem algum impacto; 7 (15,9%) respondem muito impacto e 17 (38,6%) não têm opinião.

Quadro 25: Impacto da adoção das IFRS na fase de mensuração do processo contabilístico

IMPACTO DA ADOÇÃO DAS IFRS NA FASE	FREQUÊNCIA	%
Pouco impacto	1	2,3
Algum impacto	19	43,2
Muito impacto	7	15,9
Sem opinião	17	38,6
Total	44	100,0

De acordo com o Quadro 26, 6 (13,6%) dos inquiridos pensa existir um impacto pouco importante na adoção das IFRS na fase de divulgação do processo contabilístico; 2 (4,5%) respondem nenhum impacto e 4 (9,1%) respondem pouco impacto. Para 21 (47,7%) dos inquiridos existe impacto; 8 (18,2%) respondem algum impacto; 13 (29,5%) respondem muito impacto e 17 (38,6%) não têm opinião.

Quadro 26: Impacto da adoção das IFRS na fase de divulgação do processo contabilístico

IMPACTO DA ADOÇÃO DAS IFRS NA FASE DE DIVULGAÇÃO DO PROCESSO CONTABILÍSTICO	FREQUÊNCIA	%
Nenhum impacto	2	4,5
Pouco impacto	4	9,1
Algum impacto	8	18,2
Muito impacto	13	29,5
Sem opinião	17	38,6
Total	44	100,0

Os quadros 27 e 28 apresentam a percepção dos inquiridos para as alterações no valor dos resultados e dos ativos das empresas com a adoção das IFRS.

O Quadro 27 apresenta em que medida a adoção das IFRS provocará alterações no valor dos Resultados e dos Activos da Empresa/Resultados. De acordo com os dados as alterações são consideradas pouco ou nada significativas para 19 (22,8%) dos inquiridos; 5 (11,4%) responde nenhuma alteração; 5 (11,4%) responde poucas alterações; 19 (43,2%) consideram que provocará alterações; 8 (18,2%) responde algumas alterações; 11 (25,0%) responde muitas alterações e 15 (34,1%) não tem opinião.

Quadro 27: Adoção das IFRS e alterações no valor dos resultados e dos ativos da empresa - resultados

ADOÇÃO DAS IFRS E ALTERAÇÕES DOS RESULTADOS NO VALOR DOS RESULTADOS E DOS ACTIVOS DA EMPRESA/RESULTADOS	FREQUÊNCIA	%
Nenhumas alterações	5	11,4
Poucas alterações	5	11,4
Algumas alterações	8	18,2
Muitas alterações	11	25,0
Sem opinião	15	34,1
Total	44	100,0

O Quadro 28 apresenta em que medida a adoção das IFRS provocará alterações no valor dos Resultados e dos Activos da Empresa/ Ativos. De acordo com os dados as alterações são consideradas pouco ou nada significativas para 10 (22,7%) dos inquiridos; 4 (9,1%) responde nenhuma alteração; 6 (13,6%) respondem poucas alterações; para 20 (46,6%) dos inquiridos provocará alterações; 14 (31,8%) responde algumas alterações; 6 (13,6%) responde muitas alterações e 14 (31,8%) não têm opinião.

Quadro 28: Adoção das IFRS e alterações no valor dos resultados e dos ativos das empresas - ativos

ADOÇÃO DAS IFRS E ALTERAÇÕES DOS ACTIVOS NO VALOR DOS RESULTADOS E DOS ACTIVOS DA EMPRESA/ATIVOS	FREQUÊNCIA	%
Nenhumas alterações	4	9,1
Poucas alterações	6	13,6
Algumas alterações	14	31,8
Muitas alterações	6	13,6
Sem opinião	14	31,8
Total	44	100,0

O impacto em termos de transparência da informação contabilística provocado pela adoção das normas IFRS nas Demonstrações Financeiras está apresentado nos Quadros 29 a 40.

Os dados do Quadro 29 mostram que o impacto na transparência da informação contabilística provocada pela adoção das normas IFRS nos ativos tangíveis das demonstrações financeiras: tem pouco significado para 6 (13,7%) dos inquiridos; 1 (2,3%) responde nenhum impacto; 5 (11,4%) respondem pouco impacto. Para 21 (47,7%) dos inquiridos existirá impacto;

10 (22,7%) respondem algum impacto; 11 (25,0%) respondem muito impacto e 17 (38,6%) não têm opinião.

Quadro 29: Impacto na transparência da informação contábilística provocada pela adoção das normas IFRS nos ativos tangíveis das demonstrações financeiras

IMPACTO NA TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA PROVOCADO PELA ADOÇÃO DAS NORMAS IFRS NOS ACTIVOS TANGÍVEIS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	FREQUÊNCIA	%
Nenhum impacto	1	2,3
Pouco impacto	5	11,4
Algum impacto	10	22,7
Muito impacto	11	25,0
Sem opinião	17	38,6
Total	44	100,0

Os dados do Quadro 30 mostram que o impacto na transparência da informação contábilística provocada pela adoção das normas IFRS nos ativos intangíveis das demonstrações financeiras. É possível verificar que tem pouco significado para 8 (28,2%) dos inquiridos; 1 (2,3%) responde nenhum impacto; 7 (15,9%) respondem pouco impacto. Para 16 (36,4%) dos inquiridos existirá impacto; 5 (11,4%) respondem algum impacto, 11 (25,0%) respondem muito impacto e 20 (45,4%) não têm opinião.

Quadro 30: Impacto na transparência da informação contábilística provocada pela adoção das normas IFRS nos ativos intangíveis das demonstrações financeiras

IMPACTO NA TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA PROVOCADO PELA ADOÇÃO DAS NORMAS IFRS, NOS ACTIVOS INTANGÍVEIS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.	FREQUÊNCIA	%
Nenhum impacto	1	2,3
Pouco impacto	7	15,9
Algum impacto	5	11,4
Muito impacto	11	25,0
Sem opinião	20	45,4
Total	44	100,0

O Quadro 31 mostra que o impacto, percebido pelos inquiridos, em termos de transparência da informação contábilística provocado pela adoção das normas IFRS nos ativos não correntes detidos para venda das demonstrações financeiras tem pouco significado para 5 (11,3%) dos inquiridos ; 2 (4,5%) responde nenhum impacto; 3 (6,8%) respondem pouco impacto. Para 21 (47,7%) dos inquiridos existirá impacto; 13 (29,5%) respondem algum impacto; 8 (18,2%) respondem muito impacto e 18 (40,9%) não têm opinião.

Quadro 31: Impacto em termos de transparência da informação contábilística provocado pela adoção das normas IFRS nos ativos não correntes detidos para venda das demonstrações financeiras

IMPACTO EM TERMOS DE TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA PROVOCADO PELA ADOÇÃO DAS NORMAS IFRS NOS ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PRA VENDA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	FREQUÊNCIA	%
Nenhum impacto	2	4,5
Pouco impacto	3	6,8
Algum impacto	13	29,5
Muito impacto	8	18,2
Sem opinião	18	40,9
Total	44	100,0

Os dados do Quadro 32 mostram que o impacto em termos de transparência da informação contábilística provocado pela adoção das normas IFRS nas propriedades de investimento das demonstrações financeiras é pouco significado para 2 (4,5%) dos inquiridos e apresenta impacto para 26 (59,1%) dos inquiridos. Tem algum impacto para 12 (27,3%) e muito impacto para 14 (31,8%) e 16 (36,8%) não têm opinião.

Quadro 32: Impacto em termos de transparência da informação contábilística provocado pela adoção das normas IFRS nas propriedades de investimento das demonstrações financeiras

IMPACTO EM TERMOS DE TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA PROVOCADO PELA ADOÇÃO DAS NORMAS IFRS NAS PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	FREQUÊNCIA	%
Pouco impacto	2	4,5
Algum impacto	12	27,3
Muito impacto	14	31,8
Sem opinião	16	36,4
Total	44	100,0

Os dados do Quadro 33 mostram que o impacto em termos de transparência da informação contábilística provocado pela adoção das normas IFRS nos inventários das demonstrações financeiras apresenta pouco significado para 6 (13,6%) dos inquiridos, tem impacto para 22 (50,0%) dos inquiridos, algum impacto para 13 (29,5%), muito impacto para 9 (20,5%) e 16 (36,4%) não têm opinião.

Quadro 33: Impacto em termos de transparência da informação contábilística provocado pela adoção das normas IFRS nos inventários das demonstrações financeiras

IMPACTO EM TERMOS DE TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA PROVOCADO PELA ADOÇÃO DAS NORMAS IFRS NOS INVENTÁRIOS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	FREQUÊNCIA	%
Pouco impacto	6	13,6
Algum impacto	13	29,5
Muito impacto	9	20,5
Sem opinião	16	36,4
Total	44	100,0

Os dados do Quadro 34 mostram que o impacto em termos de transparência da informação contábilística provocado pela adoção das normas IFRS nos impostos diferidos das demonstrações financeiras apresenta pouco significado para 3 (6,8%) dos inquiridos, tem impacto para 23 (52,3%) dos inquiridos, algum impacto para 14 (31,8%), muito impacto para 9 (20,5%) e 18 (40,9%) não têm opinião.

Quadro 34: Impacto em termos de transparência da informação contábilística provocado pela adoção das normas IFRS nos impostos diferidos das demonstrações financeiras

IMPACTO EM TERMOS DE TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA PROVOCADO PELA ADOÇÃO DAS NORMAS IFRS, NOS IMPOSTOS DIFERIDOS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.	FREQUÊNCIA	%
Pouco impacto	3	6,8
Algum impacto	14	31,8
Muito impacto	9	20,5
Sem opinião	18	40,9
Total	44	100,0

Os dados do Quadro 35 espelham o impacto em termos de transparência da informação contábilística provocado pela adoção das normas IFRS nos subsídios das demonstrações financeiras. É possível verificar que tem pouco ou nenhum impacto para 6 (13,7%) dos inquiridos; 1 (2,3%) responde nenhum impacto e 5 (11,4%) respondem pouco impacto. Para 19 (43,2%) dos inquiridos existe impacto, 12 (27,3%) respondem algum impacto, 7 (15,9%) respondem muito impacto e 19 (43,2%) não têm opinião.

Quadro 35: Impacto em termos de transparência da informação contábilística provocado pela adoção das normas IFRS nos subsídios das demonstrações financeiras

IMPACTO EM TERMOS DE TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA PROVOCADO PELA ADOÇÃO DAS NORMAS IFRS NOS SUBSÍDIOS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	FREQUÊNCIA	%
Nenhum impacto	1	2,3
Pouco impacto	5	11,4
Algum impacto	12	27,3
Muito impacto	7	15,9
Sem opinião	19	43,2
Total	44	100,0

Os dados do Quadro 36 mostram que o impacto em termos de transparência da informação contábilística provocado pela adoção das normas IFRS nos benefícios aos empregados das demonstrações financeiras tem pouco significado para 4 (6,1%) dos inquiridos, 1 (2,3%) responde nenhum impacto, 3 (6,8%) respondem pouco impacto, 24 (54,6%) dos inquiridos existe impacto, 12 (27,3%) respondem algum impacto, 12 (27,3%) respondem muito impacto e 16 (36,4%) não têm opinião.

Quadro 36: Impacto em termos de transparência da informação contábilística provocado pela adoção das normas IFRS nos benefícios aos empregados das demonstrações financeiras

IMPACTO EM TERMOS DE TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA PROVOCADO PELA ADOÇÃO DAS NORMAS IFRS NOS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	FREQUÊNCIA	%
Nenhum impacto	1	2,3
Pouco impacto	3	6,8
Algum impacto	12	27,3
Muito impacto	12	27,3
Sem opinião	16	36,4
Total	44	100,0

Os dados do Quadro 37 mostram que o impacto em termos de transparência da informação contábilística provocado pela adoção das normas IFRS no capital próprio das demonstrações financeiras apresenta pouco significado para 5 (11,4%) dos inquiridos. Para 22 (50,0%) dos inquiridos existe impacto, algum impacto para 7 (15,9%), muito impacto para 15 (34,1%) e 17 (38,6%) não têm opinião.

Quadro 37: Impacto em termos de transparência da informação contábilística provocado pela adoção das normas IFRS no capital próprio das demonstrações financeiras

IMPACTO EM TERMOS DE TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA PROVOCADO PELA ADOÇÃO DAS NORMAS IFRS NO CAPITAL PRÓPRIO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	FREQUÊNCIA	%
Pouco impacto	5	11,4
Algum impacto	7	15,9
Muito impacto	15	34,1
Sem opinião	17	38,6
Total	44	100,0

Os dados do Quadro 38 mostram o impacto em termos de transparência da informação contábilística provocado pela adoção das normas IFRS nas provisões das demonstrações financeiras. Do exposto verifica-se que apresenta pouco significado para 4 (9,0%) dos inquiridos, para 20 (45,5%) dos inquiridos existe impacto, algum impacto para 8 (18,2%), muito impacto para 12 (27,3%) e 20 (45,5%) não têm opinião.

Quadro 38: Impacto em termos de transparência da informação contábilística provocado pela adoção das normas IFRS nas provisões das demonstrações financeiras

IMPACTO EM TERMOS DE TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA PROVOCADO PELA ADOÇÃO DAS NORMAS IFRS NAS PROVISÕES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	FREQUÊNCIA	%
Pouco impacto	4	9,0
Algum impacto	8	18,2
Muito impacto	12	27,3
Sem opinião	20	45,5
Total	44	100,0

Os dados do Quadro 39 mostram o impacto em termos de transparência da informação contábilística provocado pela adoção das normas IFRS nas notas das demonstrações financeiras. Apresenta pouco significado para 1 (2,3%) dos inquiridos. Para 21 (47,7%) dos inquiridos apresenta impacto, algum impacto para 10 (22,7%), muito impacto para 11 (25,0%) e 22 (50,0%) não têm opinião.

Quadro 39: Impacto em termos de transparência da informação contábilística provocado pela adoção das normas IFRS nas notas das demonstrações financeiras

IMPACTO EM TERMOS DE TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA PROVOCADO PELA ADOÇÃO DAS NORMAS IFRS NAS NOTAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	FREQUÊNCIA	%
Pouco impacto	1	2,3
Algum impacto	10	22,7
Muito impacto	11	25,0
Sem opinião	22	50,0
Total	44	100,0

No Quadro 40 os dados mostram que o impacto em termos de transparência da informação contábilística provocado pela adoção das normas IFRS na rubrica outras das demonstrações financeiras tem pouco ou nenhum impacto para 3 (6,8%) dos inquiridos, 2 (4,5%) responde nenhum impacto e 1 (2,3%) respondem pouco impacto. Para 15 (34,1%) dos inquiridos existe impacto, 7 (15,9%) respondem algum impacto, 8 (18,2%) respondem muito impacto e 26 (59,1%) não têm opinião.

Quadro 40: Impacto em termos de transparência da informação contábilística provocado pela adoção das normas IFRS na rubrica Outras das demonstrações financeiras

IMPACTO EM TERMOS DE TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA PROVOCADO PELA ADOÇÃO DAS NORMAS IFRS NA RUBRICA OUTRAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	FREQUÊNCIA	%
Nenhum impacto	2	4,5
Pouco impacto	1	2,3
Algum impacto	7	15,9
Muito impacto	8	18,2
Sem opinião	26	59,1
Total	44	100,0

Os dados do Quadro 41 mostram qual o grau de dificuldade das empresas em aplicar o justo valor nas diversas situações previstas nas IFRS. Das respostas obtidas é possível ilustrar que apresentam pouca dificuldade para 5 (11,4%) dos inquiridos. Para 24 (54,5%) dos inquiridos apresenta dificuldades, apresenta algumas dificuldades para 14 (31,8%), apresenta muitas dificuldades para 10 (22,7%) e 15 (34,1%) não têm opinião.

Quadro 41: Dificuldades das empresas em aplicar o justo valor nas diversas situações previstas nas IFRS

DIFICULDADES DAS EMPRESAS EM APLICAR O JUSTO VALOR NAS DIVERSAS SITUAÇÕES PREVISTAS NAS IFRS	FREQUÊNCIA	%
Pouca dificuldade	5	11,4
Alguma dificuldade	14	31,8
Muita dificuldade	10	22,7
Sem opinião	15	34,1
Total	44	100,0

O impacto na utilização do justo valor na volatilidade nas Demonstrações Financeiras é analisado nos Quadros 42 a 45.

O impacto na utilização do justo valor na volatilidade dos ativos das demonstrações financeiras (Quadro 42) é pouco significativo para 4 (9,1%) dos inquiridos. Para 21 (47,7%) dos inquiridos apresenta impacto, algum impacto para 14 (31,8%), muito impacto para 7 (15,9%) e 19 (43,2%) não têm opinião.

Quadro 42: Impacto na utilização do justo valor na volatilidade dos ativos das demonstrações financeiras

IMPACTO NA UTILIZAÇÃO DO JUSTO VALOR NA VOLATILIDADE DOS ATIVOS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	FREQUÊNCIA	%
Pouco impacto	4	9,1
Algum impacto	14	31,8
Muito impacto	7	15,9
Sem opinião	19	43,2
Total	44	100,0

Os dados do Quadro 43 mostram que o impacto na utilização do justo valor na volatilidade dos passivos das demonstrações financeiras é pouco ou nenhum para 9 (20,5%) dos inquiridos, 1 (2,3%) considera não haver nenhum impacto, 8 (18,2) consideram haver pouco impacto. Para 17 (38,7%) dos inquiridos existe impacto, algum impacto para 9 (20,5%), muito impacto para 8 (18,2%) e 18 (40,9%) não têm opinião.

Quadro 43: Impacto na utilização do justo valor na volatilidade dos passivos das demonstrações financeiras

IMPACTO NA UTILIZAÇÃO DO JUSTO VALOR NA VOLATILIDADE DOS PASSIVOS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	FREQUÊNCIA	%
Nenhum impacto	1	2,3
Pouco impacto	8	18,2
Algum impacto	9	20,5
Muito impacto	8	18,2
Sem opinião	18	40,9
Total	44	100,0

Os dados do Quadro 44 mostram que o impacto na utilização do justo valor na volatilidade dos capitais próprios das demonstrações financeiras é pouco ou nenhum para 5 (11,4%) dos inquiridos, 1 (2,3%) considera não haver nenhum impacto, 4 (9,1%) consideram haver pouco impacto. Para 22 (50,0%) dos inquiridos existe impacto: algum impacto para 11 (25,0%) e muito impacto para 11 (25,0%). Para 17 (38,6%) não têm opinião.

Quadro 44: Impacto na utilização do justo valor na volatilidade dos capitais próprios das demonstrações financeiras

IMPACTO NA UTILIZAÇÃO DO JUSTO VALOR NA VOLATILIDADE DOS CAPITAIS PRÓPRIOS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	FREQUÊNCIA	%
Nenhum impacto	1	2,3
Pouco impacto	4	9,1
Algum impacto	11	25,0
Muito impacto	11	25,0
Sem opinião	17	38,6
Total	44	100,0

Os dados do Quadro 45 mostram que o impacto na utilização do justo valor na volatilidade dos resultados das demonstrações financeiras é pouco ou nenhum para 6 (13,7%) dos inquiridos, 1 (2,3%) considera não haver nenhum impacto, 5 (11,4%) consideram haver pouco impacto. Para 19 (43,2%) dos inquiridos existe impacto, algum impacto para 12 (27,3%) e muito impacto para 7 (15,9%) e 19 (43,2%) não têm opinião.

Quadro 45: Impacto na utilização do justo valor na volatilidade dos resultados das demonstrações financeiras

IMPACTO NA UTILIZAÇÃO DO JUSTO VALOR NA VOLATILIDADE DOS RESULTADOS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	FREQUÊNCIA	%
Nenhum impacto	1	2,3
Pouco impacto	5	11,4
Algum impacto	12	27,3
Muito impacto	7	15,9
Sem opinião	19	43,2
Total	44	100,0

Os dados do Quadro 46 apresentam a opinião dos inquiridos sobre se os utilizadores da informação (acionistas, gestores, investidores e público em geral) estão informados sobre adoção das normas IFRS/IASB: 13 (29,5%) consideram que estão pouco informados. Para 24 (54,5%) dos inquiridos, os utilizadores da informação contabilística estão informados, 21 (47,7%) estão razoavelmente informados, 3 (6,8%) estão totalmente informados e 7 (15,9%) não sabem.

Quadro 46: Informação sobre a adoção das normas IFRS/IASB dos utilizadores da informação (acionistas, gestores, investidores e público em geral).

INFORMAÇÃO SOBRE A ADOÇÃO DAS NORMAS IFRS/IASB DOS UTILIZADORES DA INFORMAÇÃO (ACIONISTAS, GESTORES, INVESTIDORES E PÚBLICO EM GERAL)	FREQUÊNCIA	%
Pouco informados	13	29,5
Razoavelmente informados	21	47,7
Totalmente informados	3	6,8
Não sei	7	15,9
Total	44	100,0

Os dados do quadro 47 apresentam a opinião dos inquiridos sobre o conhecimento dos utilizadores de informação sobre adoção das IFRS/IASB e o impacto no valor de capital próprio da empresa. Para tal, 4 (9,1%) consideram que estão pouco informados, 30 (61,8%) dos inquiridos os utilizadores da informação contabilística estão informados dos quais 17 (38,6%) estão razoavelmente informados e 13 (29,5%) estão totalmente informados, 9 (20,5%) não sabem e 1 (2,3%) não responde.

Quadro 47: Utilizadores da informação e conhecimento sobre o impacto no valor de capital próprio da empresa e adoção das IFRS/IASB

UTILIZADORES DA INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO SOBRE O IMPACTO NO VALOR DE CAPITAL PRÓPRIO DA EMPRESA DA ADOÇÃO DAS IFRS/IASB	FREQUÊNCIA	%
Pouco informados	4	9,1
Razoavelmente informados	17	38,6
Totalmente informados	13	29,5
Não sei	9	20,5
Não resposta	1	2,3
Total	44	100,0

O Quadro 48 apresenta a opinião dos inquiridos acerca do conhecimento dos utilizadores da informação contabilística sobre a adoção das IFRS/IASB e o impacto na qualidade das Demonstrações Financeiras. Observa-se que 3 (6,8%) dos inquiridos consideram que os utilizadores da informação contabilística estão pouco informados. Para 33 (75%) dos inquiridos os utilizadores da informação estão informados dos quais 14 (31,8%) estão razoavelmente informados e 19 (43,2%) estão totalmente informados, 7 (15,9%) não sabem e 1 (2,3%) não responde.

Quadro 48: Utilizadores de informação contabilística e conhecimento sobre o impacto da adoção das IFRS/IASB na qualidade das demonstrações financeiras

UTILIZADORES DA INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA E CONHECIMENTO SOBRE O IMPACTO DA ADOÇÃO DAS IFRS/IASB NA QUALIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	FREQUÊNCIA	%
Pouco informados	3	6,8
Razoavelmente informados	14	31,8
Totalmente informados	19	43,2
Não sei	7	15,9
Não resposta	1	2,3
Total	44	100,0

3.2.2. Análise dos resultados

Dos resultados apresentados através do tratamento estatístico do inquérito é possível evidenciar o seguinte:

- 88,7% dos inquiridos revelam um elevado nível de aceitação na adoção das IFRS; 50% sentem-se preparados para a aplicação das IFRS e 38,6% sentem-se pouco ou nada preparados; 79,5% consideram positivo o impacto na transparência da informação contabilística provocado pela adoção das IFRS, à semelhança dos resultados obtidos por Niyama (2007) e Rocha (1994);
- 43,2% das empresas onde os inquiridos exercem funções não são cotadas em bolsa e não estão obrigadas a aplicar as IFRS emitidas pelo IASB; 50% das empresas onde os inquiridos exercem funções utilizam voluntariamente o normativo internacional IFRS/IASB. Poucas empresas (34,0%) recorrem ao normativo internacional IFRS/IASB nas situações em que o normativo (PGCA) é omissivo; 29,5% dos inquiridos considera que mais de 25% das empresas angolanas estão a preparar-se para adotar as IFRS e 38,7% considera que menos de 25% das empresas angolanas estão a preparar-se para adotar as IFRS; 59,1% das empresas angolanas estão preparadas para adotar as IFRS.

- Sobre os meios que as empresas usam para se atualizarem em relação ao PGCA: 36,4% das empresas não utilizam, ou utilizam pouco, o meio da leitura de informação e 38,6% pensam que utilizam; 61,4% das empresas utilizam a aquisição de *software* contabilístico; 43,2% das empresas utilizam a contratação de consultora; 59,0% das empresas recorrem à formação do pessoal; 20,5% das empresas utilizam poucos outros meios não referidos no questionário e 15,9% utilizam razoavelmente ou bastante.
- Sobre o impacto da adoção das normas IFRS: 72,7% dos inquiridos pensa que a adoção das normas IFRS tem impacto no processo contabilístico, corroborando o estudo de Ball (2006); 70,5% considera que tem impacto no sistema informático; 63,6% pensa que tem impacto na formação de pessoal; 59,1% considera que tem impacto nos custos envolvidos; 54,6% considera que tem impacto nas reações dos analistas/investidores; 34,1% considera que tem pouco impacto em outras áreas.
- Sobre o impacto da adoção das IFRS nas fases do processo contabilístico: 61,4% referem que tem impacto na fase de reconhecimento do processo contabilístico; 59,1% que existe impacto na fase de mensuração do processo contabilístico; 47,7% que tem impacto na fase de divulgação do processo contabilístico, Goodwin e Ahmed (2006) chegam a resultados semelhantes.
- Em relação às alterações no valor dos resultados e dos ativos das empresas com a adoção das IFRS: 43,2% dos inquiridos refere que provocará alterações nos Resultados; 46,6% que provocará alterações nos ativos.
- Sobre o impacto em termos de transparência da informação contabilística provocado pela adoção das normas IFRS nas Demonstrações Financeiras: 47,7% dos inquiridos refere o impacto nos ativos tangíveis; 36,4% que tem impacto nos ativos intangíveis; 47,7% indicam impactos nos ativos não correntes detidos para venda; 59,1% que tem impacto nas propriedades de investimento; 50,0% referem impactos nos inventários; 52,3% indicam impactos nos impostos diferidos; 43,2% refere impacto nos subsídios; 54,6% consideram haver impacto nos benefícios aos empregados; 50,0% indicam impactos no capital próprio;

45,5% pensa que existe impacto nas provisões; 47,7% indica impacto nas notas das demonstrações; 34,1% referem impactos na rubrica Outras.

- 54,5% dos inquiridos pensa que existem dificuldades das empresas em aplicar o justo valor nas diversas situações previstas nas IFRS.
- Sobre o impacto na utilização do justo valor na volatilidade nas Demonstrações Financeiras: 47,7% dos inquiridos pensa que existe impacto na volatilidade dos ativos; 38,7% indicam impactos na volatilidade dos passivos; 50,0% referem impactos na volatilidade dos capitais próprios; 43,2% indicam impactos na volatilidade dos resultados.
- 54,5% dos inquiridos considera que os utilizadores da informação contabilística estão informados (acionista, gestores, investidores e público em geral) sobre adoção das normas IFRS/IASB; 61,8% dos inquiridos pensa que os utilizadores da informação contabilística estão informados sobre adoção das IFRS/IASB e o impacto no valor de capital próprio da empresa; 75% dos inquiridos refere que os utilizadores da informação estão informados sobre a adoção das IFRS/IASB e o impacto na qualidade das Demonstrações Financeiras, também Marques (2007) demonstra ter o mesmo tipo de resultados.

CAPÍTULO IV: CONCLUSÕES E SUGESTÕES PARA FUTURAS PESQUISAS

4.1 Conclusões

Os resultados do estudo empírico, avaliado pela perceção e conhecimento do tema dos profissionais de contabilidade de empresas angolanas, permitem concluir:

- Parte importante dos inquiridos sente-se preparada para a aplicação das normas IFRS e consideram positivo a sua aplicação em Angola, sendo uma das vantagens a maior transparência da informação contabilística;
- Mais de metade das empresas angolanas, analisadas neste estudo pela resposta obtida no inquérito aos seus profissionais, estão preparadas para adotar as IFRS e recorrem à aquisição de *software* contabilístico, a formação de pessoal, a contratação de consultora, o meio de leitura de informação e outros meios para se atualizarem em relação ao PGCA;
- A adoção das normas IFRS, em Angola, irá ter impacto no processo contabilístico, no sistema informático, na formação de pessoal, nos custos envolvidos, nas reações dos analistas/investidores, assim como nas fases do processo contabilístico (reconhecimento, mensuração e divulgação do processo contabilístico);
- A adoção das normas IFRS em Angola provocará alterações no valor dos resultados e dos ativos das empresas;
- Verificar-se-á impacto em termos de transparência da informação contabilística provocado pela adoção das normas IFRS, em Angola, nas Demonstrações Financeiras (ativos tangíveis, ativos intangíveis, ativos não correntes detidos para venda, propriedades de investimento, inventários, impostos diferidos, subsídios, benefícios aos empregados, capital próprio, provisões, notas das demonstrações e outras rubricas);

- Existirão dificuldades das empresas angolanas, avaliado pelos seus profissionais de contabilidade, em aplicar o justo valor nas diversas situações previstas nas IFRS;
- Existirá impacto, em Angola, na utilização do justo valor na volatilidade nas Demonstrações Financeiras (ativos, passivos, capitais próprios, resultados);
- Os utilizadores da informação contabilística (acionistas, gestores, investidores e público em geral) estão informados sobre adoção das normas IFRS/IASB (impacto no valor de capital próprio da empresa e impacto na qualidade das Demonstrações Financeiras).

O processo de globalização torna necessária a harmonização dos sistemas contabilísticos. A ausência desta harmonização tem consequências como exemplo, o aumento dos custos de capital para as empresas, a maior dificuldade das empresas em ser credível para investidores e credores, o facto das empresas cotadas nos mercados de capitais internacionais sofrerem custos devido à reformulação as suas contas, etc.

A harmonização dos sistemas contabilísticos apresenta obstáculos relacionados com a cultura e história nacionais, com a competência e dimensão dos organismos responsáveis, ou com o impacto económico, mas apresenta benefícios relacionados com a expansão das transações internacionais, com o Mercado Único de Capitais e com a transparência. O processo de harmonização das normas contabilísticas é importante para que haja aumento da transparência, comparabilidade e compreensibilidade das demonstrações financeiras pelos investidores internacionais.

A adoção das IFRS, no geral e em particular em Angola, parece ser desejável porque, entre outros aspetos, diminui o valor absoluto dos erros de previsão financeira dos analistas, é uma fonte de informação financeira fiável, diminui o problema da seleção adversa, diminui custos de processamento de informação, favorece os investidores quanto a aquisições e fusões, tem um impacto positivo nas demonstrações financeiras.

A implementação das normas IFRS em Angola apresenta vantagens na comparação e transparência das demonstrações financeiras, na integração internacional dos mercados de capitais, na informação financeira de qualidade para acionistas e autoridades interessadas, e na potencialização do investimento estrangeiro no país.

Em qualquer país verifica-se um impacto positivo na harmonização contabilística. Existe uma concordância de que a existência de regras mundiais de contabilidade são mais eficazes e transparentes que as normas internas, especialmente no que diz respeito às necessidades de investimento numa economia cada vez mais global.

Em Angola existe a necessidade de uma maior divulgação e promoção das normas IFRS, existindo algum desconhecimento das formas de aplicação das IFRS, apesar do otimismo sobre as mesmas. As dificuldades de implementação e o reconhecimento na necessidade de harmonização e implementação das normas IFRS são semelhantes a outros países.

4.2 Limitações e Sugestões para Futuras Pesquisas

As principais limitações associadas ao estudo e em particular ao questionário prendem-se com fatores formais académicos e um fator informal compreendido pelo aluno.

Existe a escassez de estudos desta natureza e tema, em particular com incidência sobre Angola. A dimensão da amostra obtida é consideravelmente reduzida em comparação com o nível de negócios e empresas estabelecidas no mercado angolano o que indicia que os resultados obtidos não podem ser generalizados ao universo das empresas angolanas.

É também considerado o facto dos resultados obtidos no estudo basearem-se na percepção dos profissionais inquiridos e não em dados oficiais devido à escassez de informação normalizada e obrigatória em Angola.

As principais limitações associadas ao questionário feito e trabalho efetuado prendem-se com fatores formais académicos e um fator informal compreendido pelo aluno.

Existe também outro fator, a “tradição” contabilística angolana, algo que foi imediatamente compreendido de forma informal pelo aluno em contacto com os questionados.

Usualmente as empresas internacionais estrangeiras que se estabelecem em Angola, que seguem as regras IFRS e com volumes de negócios avultados são deparadas com um problema: dada a dificuldade de um volume de quadros satisfatório para satisfazer as vagas dos departamentos de contabilidade algumas optam por fazer a realização de contas de acordo do PGCA e têm departamentos fora do país que fazem a transição dos mesmos para as regras internacionais (caso recorrente em alguns países). A cultura de criação de hábito, dada as regras internas de algumas empresas, prejudica a extensão da prática das IFRS entre os contabilistas angolanos. Esta limitação informal é compreendida pelo aluno como temporária (o crescimento exponencial da economia angolana e as necessidades de integração internacional levarão forçosamente à obrigação futura do ensino das IFRS aos contabilistas, assim como alterações futuras no PGCA).

O presente estudo pretende colaborar no conhecimento do tema sobre a importância da harmonização contabilística internacional e o impacto da aplicação das IFRS em Angola. Futuras investigações sobre a realidade contabilística angolana e a importância da sua harmonização com as normas contabilísticas internacionais podem ser realizadas no sentido de confirmar os resultados obtidos no presente estudo, recolhendo informação junto de responsáveis governamentais, responsáveis de empresas nacionais ou junto de empresas estrangeiras a laborar em Angola no sentido de ampliar a amostra e verificar a corroboração, ou não, com os resultados agora obtidos. Outras investigações podem estudar as alterações que se verificaram no processo de harmonização do sistema contabilístico angolanos com as normas internacionais, comparando com a situação em que o presente estudo foi realizado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros

- BORGES, ANTÓNIO, AZEVEDO RODRIGUES E JOSÉ MORGADO (2004), *Contabilidade e Finanças para a Gestão*. Lisboa, Portugal. Área Editora.
- BORGES, ANTÓNIO; JOSÉ AZEVEDO RODRIGUES, JOSÉ MIGUEL RODRIGUES E ROGÉRIO RODRIGUES (2007), *As Novas Demonstrações Financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade*. Área Editora.
- BREALEY, RICHARD A. STEWART C. MYERS. FRANKLIN ALLEN (2007) *Principios de Finanças Empresariais*. McGraw-Hill.
- DRAE, (2006). O Dicionário da Real Academia Espanhola regista o termo *Globalização*.
- ESPANHA – Instituto de Contabilidad y Auditoría de Cuentas, 2002: *Informe sobre la situación actual de la contabilidad en españa y líneas básicas para abordar sureforma*.
- FORTES, JOSÉ CARLOS. *Manual do Contabilista*. Lisboa: Celigráfica, 2001.
- GONÇALVES, FERNANDO E MANUEL NEVES (2009), *Práticas de Contabilísticas Angola*
- *Libro Blanco para la reforma de la contabilidad en España*.
- MACRO, et al (2008), *Manual de Contabilidade Angolano*, 2ª Edição.
- *MANUAL de Contabilidade Empresarial*, compilação de Equipe Portal de Contabilidade.
- NIYAMA, JORGR KATSUMI. *Contabilidade Internacional* 1. Ed. 4. Reimpr. São Paulo Atlas, 2007
- Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (2005), *Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), e Normas Internacionais de Contabilidade (IAS)*.
- *PLANO Geral de Contabilidade de Angola*, aprovado pelo Decreto Nº 82/01 de 16 de Novembro, (2000), Ministério das Finanças. Luanda, Angola.
- REBELO, BRITO; *Plano Geral de Contabilidade Angolana*, (2008), *Plano prático e explicado*.
- RENATO PEREIRA, MARIANA ESTEVAM E RUI ALMEIDA (2009), *Harmonizações Contabilísticas Internacional, Análise Das Suas Implicações Em Portugal*.

- RODRIGUES, João (2005), *Adopção em Portugal das Normas Internacionais de Relato Financeiro*. Área Editor.
- RODRIGUES, JOÃO (2010), *Sistema de Normalização Contabilística*. Porto Editora, 2ª edição.
- ROCHA, MARIA VITORIA RODRIGUES VAZ FERREIRA DA. *Aquisição de acções próprias no código das sociedades comerciais*. Livraria Almedina. Coimbra, 1994.

Imprensa e Artigos

- ASHBAUGH, HOLLIS E PINCUS (2001), Domestic Accounting Standards, international Accounting Standards, and the predictability of earnings, *Journal of accounting research*, Vol 39, Nº 3 pp 417-430.(Acedido em 10-04-2012)
- Ball, R. (2005), *International Financial Reporting Standards (IFRS); Pros and Cons for Investors*, *Accounting and Business Research*. 36,(special 5-27) (Acedido em 10-04-2012)
- BART, MARY E.; LANDSMAN, WAYNE R. E LANG, MARK H. (2007) *International Accounting Standards and Accounting Quality*, *Stanford University Graduate School of Business Research* . (Acedido em 10-04-2012)
- DIACONU, (2007), *Impact of Globalization on International Accounting Harmonization*, Paper Series, <http://papers.ssrn.com> (Acedido em 20-05-2012)
- DARGENIDOU, Christina; McLeay, Stuart e Raonic, Ivana (2006), *Expected earnings Grow and the cost of capital: an analysis of accounting regime change in the European financial market*, *Cass Business School Research*. (Acedido em 20-05-2012)
- Ernst e Young (2006), *IFRS: Observations on the implementation of IFRS*, Sept, E e Y, London.
- Haller, A. (2002) *Financial Accounting Developments in European Union: Past Events and Future prospects*, *the European Accounting Review*, 11, No 1 p 153-190. (Acedido em 20-05-2012)
- INSTITUTE OF CHARTERED Accountants in England and Wales (2006), *Disclosure Responsibilities and building trust and promoting transparent and reliable Information*, July, London: ICAEW. p 34. (Acedido em 28-05-2012)

- INSTITUTE OF CHARTERED Accountants of Scotland. *The Implementation of IFRS. Great Britain. First Published 2008.* (Acedido em 28-05-2012)
- JERMAKOWICZ, E. (2004), “ *Effects of Adoption of International Financial Reporting Standards in Belgium: The Evidence from BEL-20 Companies* “, *Accounting in Europe.*
- MARQUES, MÁRIO (2007), *O Justo Valor e a sua Auditoria, Revisões e Auditores*, pp 19-33 Abr/jun.2007.
- MARTINS, ELISEU, GILBEKE, ERNESTO RUBENS (1989), *Manual de Contabilidade das Sociedades.*
- *Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017.* Pp 11-17 (Cedido em 22-02-2013)
- PETRESKI, Marjan (2006), *The Impact of International Accounting on Firms*, AAA 2006 *Financial Accounting and Reporting Section (FARS.)*
- (Renato Pereira, et al (2009), *Harmonização Contabilística Internacional, Analise das implicações em Portugal.*
- STREET, D.L. (2006), *The G4,s roles in the evolution of the international accounting standards setting process and the partnership with the IASB; Journal of International Accounting, Auditing and Taxation. Vol. 15, p. 109-126, <http://www.ebscohost.com> (* Acedido em 03-04-2012)
- STREET, D.L. (2002), *An interview with Sir David Tweedies, Journal of International Financial Management and Accounting, Vol. 13, No. 1 p.73-100, <http://www.ebscohost.com> (* Acedido em 03-04-2012)

Dissertações/teses

- COSTA, Joana Pedro (2008) *O Impacto da adopção das IAS/IFRS nas demonstrações financeiras das empresas cotadas na Euronext Lisboa, Faculdade de Economia da Universidade do porto. Tese de Mestrado em Contabilidade.*
- ENCARNAÇÃO, Carina Gonçalves (2009) - *Indicadores Económico-Financeiros: Os impactos da alteração normativos em Portugal. Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE). Projecto de Mestrado em Finanças e Controlo Empresarial Disponível <http://repositorio.iscte.pt>*

- RIBEIRO, Irina Raquel Pinheiro- Impacto das normas contabilísticas e de relato financeiro nas Empresas Portuguesas, de acordo com a percepção dos TOC's (2010). Tese de Mestrado em Contabilidade, Fiscalidade e Finanças Empresariais
- TENDELOO, B. e A. VANSTRAELEN (2005), "Earnings management under German GAAP versus *IFRS*", *European Accounting Review*, Vol. 14, N° 1, pp. 155-180

ANEXO I

Questionário

Perceção do impacto decorrente em termos de transparência da informação contabilística provocado pela adoção das normas internacionais de reporte financeiras (IFRS- *Internacional Financial Reporting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Inquérito a profissionais de contabilidade.

Este questionário tem como objetivo analisar a perceção, do ponto de vista dos profissionais de contabilidade, do impacto decorrente em termos de transparência da informação contabilística provocado pela adoção das normas IFRS.

Este trabalho surge no âmbito de uma tese de Mestrado na Universidade Autónoma de Lisboa. A sua participação é muito importante para as nossas conclusões.

O questionário demora cerca de 15 minutos a ser preenchido.

Este questionário é composto de 5 secções e **os resultados obtidos destinam-se, única e exclusivamente, a investigação pelo que é garantida a sua total confidencialidade.**

Agradecemos, desde já a atenção e colaboração dispensada.

**A SUA OPINIÃO É MUITO IMPORTANTE
OBRIGADO**

Questionário

A. Informação sobre o Inquirido

1. Sexo: Feminino Masculino

2. Idade: _____

3. Exerce funções na área da contabilidade Sim Não

Caso tenha respondido **Não** na questão 3, passe, por favor para a questão 5 e não respondas às questões 8, 9 e 10 (secção C).

4. N° de anos que exerce as funções na área da contabilidade:

Menos de 5 anos Entre 5 a 10 anos

Entre 11 a 15 anos Mais de 15 anos

B. Normas internacionais de reporte financeiro (IFRS- *International Financial Reporting Standards*).

5. Em que medida concorda com as Normas internacionais de reporte financeiras, (assinale uma opção).

Discordo Totalmente	Discordo	Concordo	Concordo Totalmente	Sem Opinião
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

6. Atualmente, qual o seu nível de preparação para aplicar as IFRS (assinale uma opção)

Nada Preparado	Pouco Preparado	Razoavelmente Preparado	Bastante Preparado	Totalmente Preparado	Não Sei
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

7. Na sua opinião, qual o impacto em termos de transparência da informação contabilística provocado pela adoção das normas internacionais de reporte financeiras (IFRS- *International Financial Reporting Standards*). (assinale uma opção)

Muito Negativo	Negativo	Sem Impacto	Positivo	Muito Positivo	Não sei
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

C. Nível de preparação das Empresas para adoção das normas IFRS

8. Algumas das empresas onde desempenha ou desempenhou funções de responsabilidade é cotada em bolsa e está obrigado aplicar as normas internacionais de reporte financeiras (IFRS- *International Financial Reporting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*? (assinale uma opção)

- Não
- Sim. Quantas empresas? _____

9. Algumas das empresas, onde desempenha ou desempenhou funções, utiliza voluntariamente o normativo internacional IFRS/IASB?

- Não
- Sim. Quantas empresas? _____

10. Nas situações em que o normativo (PGCA) é omissivo, quantas empresas recorrem ao normativo internacional IFRS/IASB? (assinale uma opção).

- Nenhuma empresa
- Poucas empresas
- Maioria das empresas
- Totalidade das empresas
- Não sei

11. Na sua opinião qual a proporção das empresas angolanas que tem estado a preparar-se para adotar as IFRS? (assinale uma opção)

- Nenhuma empresa
- Menos de 25% das empresas
- 25% - 50% das empresas
- 50 - 75% das empresas
- Não sei

Caso tenha respondido nenhuma empresa, passe por favor para a questão 14 (secção D).

12. Em sua opinião, qual o nível de preparação destas empresas para adotar as IFRS? (assinale uma opção).

Nada Preparadas	Razoavelmente Preparadas	Bastante Preparadas	Totalmente Preparadas	Não sei
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

13. Em sua opinião, qual o grau de utilização, pelas empresas angolanas, de cada uma das seguintes fontes de informação para se atualizarem em relação ao PGCA? (assinale uma opção em cada linha).

	Não Utilizam	Utilizam Pouco	Utilizam Razoavelmente	Utilizam Bastante
Leitura de informação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aquisição de Software contabilístico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Contratação de Consultora	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Formação do Pessoal	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outra (s)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

D. Impacto pela adoção das IFRS

14. Qual o impacto provocado pela adoção das normas IFRS em cada uma das seguintes áreas? (assinale uma opção em cada linha).

	Nenhum Impacto	Pouco Impacto	Algum Impacto	Muito Impacto	Sem Opinião
Processo Contabilístico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sistema informático	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Formação do Pessoal	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Custos envolvidos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reações dos analistas /Investidores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outra (s)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

15. Qual o impacto pela adoção das IFRS nas seguintes fases do processo contabilístico?

(assinale uma opção em cada linha).

	Nenhum Impacto	Pouco Impacto	Algum Impacto	Muito Impacto	Sem Opinião
Reconhecimento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Mensuração	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Divulgação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

16. Em que medida a adoção das IFRS provocará alterações no valor dos Resultados e dos Ativos da Empresa? (assinale uma opção em cada linha)

	Nenhumas Alterações	Poucas Alterações	Algumas Alterações	Muitas Alterações	Sem Opinião
Resultados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Activos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

17. Qual o Impacto em termos de transparência da informação contabilística provocado pela adoção das normas IFRS, nos seguintes elementos das Demonstrações Financeiras? (assinale uma opção em cada linha).

	Nenhum Impacto	Pouco Impacto	Algum Impacto	Muito Impacto	Sem Opinião
Ativos Tangíveis	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ativos Intangíveis	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ativos não correntes detidos p/ venda	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Propriedades de investimento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Inventários	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Impostos Diferidos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Subsídios	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Benefícios aos Empregados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Capital Próprio	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Provisões	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Notas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outra (s)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

18. Considera que as empresas terão dificuldade em aplicar o Justo Valor⁸ nas diversas situações previstas nas IFRS? (assinale uma opção)

Nenhuma dificuldade	Pouca dificuldade	Alguma dificuldade	Muita dificuldade	Sem opinião
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

19. Qual será o impacto utilização do justo valor na volatilidade⁹ dos seguintes elementos das Demonstrações Financeiras? (assinale uma opção em cada linha).

	Nenhum Impacto	Pouco Impacto	Algum Impacto	Muito Impacto	Sem Opinião
Activos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Passivos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Capitais próprios	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Resultados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

20. Na sua opinião qual (ais) o (s) principal (ais) obstáculo (s) à adoção das IFRS?

⁸ Justo Valor: “ é a quantia pela qual um ativo pode ser trocado ou um passivo líquido, entre partes conhecedoras e dispostas a isso, numa transação em que não existe relacionamento entre elas “ (Estrutura conceptual).

⁹ Volatilidade, na área financeira, é uma medida de dispersão dos retornos de um título ou índice de mercado. Quanto mais o preço de uma ação varia num período curto de tempo, maior o risco de se ganhar ou perder dinheiro negociando esta ação, e, por isso, a volatilidade é uma medida de risco.

E. Perceção dos utilizadores da informação contabilística

21. Considera que os utilizadores da informação (acionista, gestores, investidores e público em geral) estão informados da adoção das normas IFRS/ IASB? (assinale uma opção).

Nada informados	Pouco informados	Razoavelmente informados	Totalmente informados	Não sei
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Caso tenha respondido que os utilizadores não estão nada informados da adoção das IFRS/IASB, o seu questionário termina aqui. Muito obrigado pela sua colaboração.

22. Em que medida os utilizadores da informação considera que adoção das IFRS/ IASB, terá impacto no valor de Capital Próprio da empresa? (assinale uma opção)

Nenhum Impacto	Pouca Impacto	Algum Impacto	Muito Impacto	Sem Opinião
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

23. Em que medida os utilizadores da informação consideram que a adoção das IFRS/IASB, terá impacto na qualidade das demonstrações financeiras? (assinale uma opção)

Nenhum impacto	Pouco impacto	Algum impacto	Muito impacto	Sem opinião
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Caso tenha interesse em conhecer os resultados deste estudo, indique o seu endereço de correio eletrónico: _____

**Muito obrigado pelo tempo despendido
Grato pela Colaboração**

ANEXO II

O seguinte quadro apresenta uma lista das normas relativas ao IFRS e IAS, bem como os temas abordados em cada uma delas, de modo a compreendermos a estrutura e a integralidade das normas.

Normas	Tema
IFRS 1	“First-time Adoption of International Financial Reporting Standards” (Primeira aplicação das normas internacionais de Contabilidade)
IFRS 2	“Share-based Payment “ (Pagamentos em ações)
IFRS 3	“Business Combinations” (Combinações de negócios)
IFRS 4	“Insurance contracts” (Contratos de seguros)
IFRS 5	“Non-current Assets Held for sale and discontinued operations” (Ativos não correntes detidos para revenda e operações descontinuadas)
IFRS 6	“Exploration for and evaluation of mineral resources” (Exploração e avaliação de recursos minerais)
IFRS 7	“Financial Instruments: Disclosures” (Instrumentos financeiros: Divulgações)
IFRS 8	“Operating Segments” (Segmentos operacionais)
IFRS 9	“Financial Instruments “ (Instrumentos financeiros) <i>Substituirá IAS 39 a partir de 1 de janeiro de 2013</i>
IAS 1	“Presentation of Stafements” (Apresentação das demonstrações financeiras)

IAS 2	“Inventoris” (Estoques)
IAS 7	“Cash Flow Statements” (Demonstração dos fluxos de caixa)
IAS 8	“Accounting Policies, changes in accounting estimates and Errors” (Políticas contabilísticas, alterações na contabilidade, estimativas e erros)
IAS 10	“Events after the Balance sheet date” (Eventos subsequentes à data do balanço patrimonial)
IAS 11	“Construction Contracts” (Contactos de construção)
IAS 12	“Income Taxes” (Imposto de rendimentos)
IAS 14	“Segment Reporting” (Relatórios por segmento) <i>. Substituído desde 1 de janeiro de 2009 por IFRS 8</i>
IAS 16	“Property, Plant and Equipment” (Ativo Imobilizado)
IAS 17	“Leases” (Arrendamentos)
IAS 18	“Revenue” (Receita)
IAS 19	“Employee Benefits” (Benefícios aos Empregados)
IAS 20	“Accounting for Government Grants and disclosure of Government Assistance” (Contabilidade concessões governamentais e divulgação da assistência governamental)
IAS 21	“The Effects of changes in foreign exchange Rates” (Efeitos das alterações nas taxas de câmbio)
IAS 23	“Borrowing Cost” (Custos de empréstimo)

IAS 24	“Related Party Disclosures” (Divulgações das partes relacionadas)
IAS 26	“Accounting and Reporting by Retirement Benefit Plans” (Contabilidade e emissão de relatórios para planos de benefício de aposentadoria)
IAS 27	“Consolidate and Separate Financial Statements” (Demonstrações financeiras consolidadas e contabilidade para investimentos em subsidiárias)
IAS 28	“Investments in Associates” (Contabilidade par investimentos em associadas)
IAS 29	“Financial Reporting in Hyperinflationary Economies” (Demonstrações financeiras em economias Hiperinflacionárias)
IAS 30	“Disclosures in the financial Statements of Bank and Similar financial Institutions” <i>Substituído desde 1 de janeiro de 2007 por IFRS 7</i>
IAS 31	“Interests in Joint Ventures” (Tratamento contábil de participação em empreendimentos em conjunto)
IAS 32	“Financial Instruments: Disclosure and Presentation” (Instrumentos financeiros: Divulgação e apresentação)
IAS 33	“Earnings per share” (Lucros por acção)
IAS 34	“Interim financial Reportinh” (Relatório financeiro intermediário)
IAS 36	“Impairment of Assets” (Redução no valor recuperável de ativos)
IAS 37	“Provisions, Contigent Liabilities and contingent assets” (Provisões, passivos e activos contingentes)
IAS 38	“Intangibe Assets” (Ativos Intangíveis)
IAS 39	“Financial Instruments: Recongnition and Measuenment” (Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração)

IAS 40	“Investment Property” (Propiedades para investimento)
IAS 41	“Agriculture” (Agricultura)

*Fonte: The Institute of Chartered Accountants of Scotland. The Implementation of IFRS. T.J
and
International Ltd. Great Britain. 2008*

ANEXO III

O elenco das contas encontra-se dividido em classes, conforme apresentado na seguinte tabela de Classificação das classes de acordo ao PGCA:

Classe de 1 a 8	Classe que respeita a `Contabilidade Geral
<p>Classe da Contabilidade Geral</p> <ol style="list-style-type: none">1. Meios Fixos e Investimentos2. Existência3. Terceiros4. Meios Monetários5. Capital e Reservas6. Proveitos por Natureza7. Custos por Natureza8. Resultados	<p>Estas classes são de uso obrigatório ou seja, sempre que existam factos ou acontecimentos que pela sua natureza, devam nelas ser registados.</p> <p>Como regra geral, não devem ser efetuadas alterações na disposição, nomenclatura e código de contas das rubricas constantes de cada uma destas classes, pois poderá originar uma discordância nos objetivos com que foram criadas.</p> <p>Neste contexto, a título excepcional, é permitido alterações desde que dai não venham resultar quaisquer prejuízos para a elaboração das Demonstrações nos termos definidos no PGCA.</p>

Fonte: Plano Geral de Contabilidade de Angola 2001